



Índice

- 01** MPF/MS apura danos causados por mineração e siderurgia à comunidade pantaneira
- 02** MPF/MS: Retenção de cartões pertencentes a indígenas leva fiscalização a estabelecimentos comerciais de Dourados
- 03** Sesai abre os envelopes para os novos convênios da Saúde Indígena, e o resultado é "surpreendente": das quatro concorrentes, uma é desclassificada e as três restantes são as atuais operadoras
- 04** Agricultores fazem protesto e, mais uma vez, ministro da Justiça fala em suspender demarcação
- 05** Livro mostra indígenas isolados no Pará
- 06** XII Jogos Indígenas reúne 48 etnias brasileiras e representantes internacionais de 11 países
- 07** MPF recomenda que Incra publique RTID da comunidade quilombola Rio dos Macacos
- 08** Encontro discute a educação escolar quilombola no Amapá
- 09** SC – Governo suspende demarcação de terras indígenas, e agricultores liberam SC-283
- 10** A luta pelo território: o centro simbólico e real do Bem Viver. Entrevista especial



com Paulo Suess

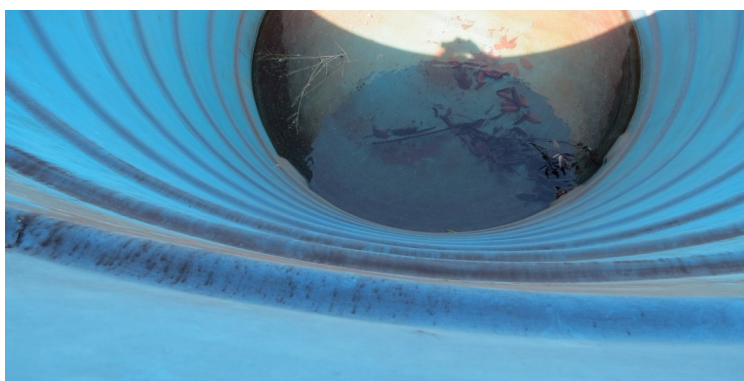
- 11** Nota Pela Revogação da Portaria 303 da AGU
- 12** Em nome da Aty Guasu, Tonico Benites denuncia sérias ameaças de delegado a Yvy Katu, para providências urgentes do governo federal
- 13** Em repúdio às ameaças da Polícia Federal contra a comunidade de Yvy Katu (MS)
- 14** Ministro do STF concede liminar para suspender homologação da demarcação da terra indígena Kayabi
- 15** Comunidade indígena Malacacheta realiza a oitava Festa da Damorida
- 16** Cuiabá se prepara para receber os Jogos dos Povos Indígenas
- 17** Bebê indígena de 8 meses corre risco de ter mão amputada por erro durante atendimento em Hospital
- 18** Reunião hoje na Acrissul define estratégia contra invasões indígenas
- 19** Deputada quer reunião com secretários para discutir conflito indígena
- 20** Ministério Público autua comerciantes que retém cartões de benefícios de indígenas em Dourados
- 21** Líder indígena e antropóloga da USP discutem obra que apresenta a cultura dos Yanomami
- 22** Jogos Indígenas terá abertura na sexta feira
- 23** MS – Delegado da PF tenta despejar Yvy Katu e ameaça voltar com Força Nacional sexta-feira



-
- 24** Comunidades quilombolas mantêm tradição do congado
 - 25** Assentamentos Santa Guilhermina, Valinhos e o Quilombo São Miguel estão recebendo atendimentos especiais por parte do município
 - 26** Mais olhares sobre o Mapa de Conflitos: dois lançamentos, em 8 e 15 de novembro
 - 27** Dilma tenta reforçar discurso ambiental com fundo de compensação para índios
 - 28** Suspensão de Segurança: Porque a Justiça não consegue decidir sobre o caso de Belo Monte
 - 29** Aty Guasu socializa Carta dos 5 mil Guarani e Kaiowá de Yvy Katu para Governo, Justiça e sociedades nacionais e internacionais
 - 30** MPF/RN se reúne com comunidade quilombola de Lagoa Nova
 - 31** Presidente da Funai participa de audiência na CRA sobre demarcação de terras
 - 32** Senadores cobram da Funai solução para conflitos entre agricultores e índios

MPF/MS apura danos causados por mineração e siderurgia à comunidade pantaneira
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 6.11.2013

Falta de água potável afeta moradores, que temem expansão de atividades



Além da escassez de água, comunidade enfrenta precárias condições de armazenamento. Foto: MPF/MS

Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul

O Ministério Público Federal (MPF) em Mato Grosso do Sul instaurou procedimento para apurar os impactos da extração de minério de ferro na Comunidade Antônio Maria Coelho, em Corumbá/MS. Moradores reclamam da degradação dos recursos hídricos após a instalação de indústrias de mineração e siderurgia na região.

No ano passado, a Empresa Mineração Corumbaense Reunida (Vale) solicitou Licença Prévia para a expansão das atividades em 138,6% – o que aumentaria a retirada de minério de ferro de 4,4 milhões de toneladas por ano para 10,5 milhões. O pedido está em andamento no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e pode agravar os conflitos locais causados pela má qualidade da água.

Contaminação

Em agosto deste ano, o MPF realizou reunião na comunidade para ouvir as demandas dos moradores. Participaram do encontro o procurador da República Carlos Alberto dos Rios Jr. e representantes da Prefeitura de Corumbá, Fundação de Meio Ambiente, Embrapa e das empresas Mineração Corumbaense Reunida (Vale) e Vetorial Siderurgia.

CONT.



Na reunião, os habitantes destacaram a falta de água como fator crítico no local. Segundo relatos, o córrego Piraputanga, que abastecia a região, secou com o início da mineração e a comunidade tem encontrado dificuldades para armazenar a água fornecida em carros-pipa. Os moradores ressaltaram que o líquido, quando retirado da cisterna, chega contaminado de minério e que o abastecimento, feito duas vezes ao dia, não tem tratamento adequado, apresentando coloração avermelhada nos dias chuvosos.

A comunidade enfatizou, ainda, que a falta de canalização da água faz com que médicos e enfermeiros sejam obrigados a trazer garrafas de água de suas casas para atender a população no posto de saúde local. Apesar das dificuldades, todos reconheceram a importância da mineração para a geração de emprego e renda, mas deixaram clara a insatisfação com ausência de políticas públicas.

Para o MPF, é necessário que o novo licenciamento ambiental preveja compensações que minimizem não só os danos ao meio ambiente, mas também aqueles sofridos pela comunidade. "O objetivo é proporcionar aos moradores que vivem perto das usinas uma melhor qualidade de vida".

Outras reclamações

Além da falta de água, outros problemas também foram elencados pela Comunidade Antônio Maria Coelho, como poeira contaminada com resíduos do forno da indústria siderúrgica – situação que está sendo apurada pelo MPF; trânsito pesado de máquinas e caminhões; redução dos espaços de lazer da comunidade; e, ainda, a inexistência de coleta de lixo no local, cuja responsabilidade deverá ser cobrada da Prefeitura de Corumbá.

Novas reuniões

Após o encontro com os moradores, o Ministério Público Federal se reuniu com representantes do Ibama e da Embrapa. Das reuniões, foram identificados pontos para aprofundamento das discussões e tecnologias de baixo custo que podem ser viáveis para resolver a precariedade do abastecimento de água na comunidade.



MPF/MS: Retenção de cartões pertencentes a indígenas leva fiscalização a estabelecimentos comerciais de Dourados
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 6.11.2013

Comerciantes foram alertados sobre práticas abusivas a consumidores indígenas

Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul

Na manhã desta quarta-feira (06), o Ministério Público Federal (MPF) – em ação coordenada com a Funai, Inmetro, Procon, Vigilância Sanitária, Secretaria de Finanças Municipal e Força Nacional – fiscalizou os estabelecimentos comerciais de Dourados localizados nos arredores das aldeias Bororó, Jaguapiru e Panambizinho.

A ação resultou na apreensão de alimentos inadequados para consumo e na análise de preço e quantidade dos produtos ofertados aos índios e dos alvarás dos estabelecimentos. O objetivo da ação é coibir práticas abusivas aos consumidores indígenas, especialmente após denúncias de retenção de cartões pessoais como garantia de pagamento.

As visitas, que também serão realizadas nos comércios instalados no interior das aldeias, foram acompanhadas de Recomendação do MPF que alerta sobre a abusividade da apreensão de documentos. Segundo o órgão ministerial, a prática, além de violar o direito do consumidor, configura crime e gera dano moral à coletividade indígena.

Após as fiscalizações, ações criminais e cíveis devem ser ajuizadas pelo Ministério Público Federal contra os comerciantes notificados.

Para saber mais sobre o caso, clique no link abaixo:

[PF e MPF investigam suposta 'Máfia dos Cartões' em Dourados](#)



Sesai abre os envelopes para os novos convênios da Saúde Indígena, e o resultado é "surpreendente": das quatro concorrentes, uma é desclassificada e as três restantes são as atuais operadoras

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 6.11.2013

O título acima é deste blog. A matéria em seguida é da Sesai. Sugerimos que ela seja lida considerando o título, uma pequena citação imediatamente abaixo, proveniente da notícia "Sesai realiza seleção para convênios sem consulta aos indígenas e sob suspeitas de favorecimentos". Envelopes serão abertos amanhã, 6/11", e outros post cujos links colocaremos no final. Aí vai a citação e, em seguida, o informe da Sesai:



"As atuais entidades conveniadas, Missão [Evangélica] Caiuá, Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM) e Instituto Materno Infantil de Pernambuco (Imip), movimentaram, entre 2011 e 2013, conforme dados da Sesai, mais de R\$ 1 bilhão de verbas públicas destinadas para a saúde indígena. Porém, no Mato Grosso do Sul, conforme o Conselho Distrital de Saúde do Estado, a morte de crianças de 1 a 4 anos aumentou 43,5% no mesmo período".

Sesai vai definir metas para os novos convênios da Saúde Indígena

Foi realizado, na manhã desta quarta-feira (6), no Ministério da Saúde, em Brasília (DF), o Chamamento Público para a seleção de entidades beneficentes de assistência social na área de saúde, com capacidade técnico-administrativa comprovada na prestação de serviços na área de atenção, para executar ações complementares de saúde no âmbito do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS). O chamamento ocorre em conformidade com os critérios dispostos no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e na Portaria Interministerial nº 507/CGU/MF/MP, de 24 de novembro de 2011, para os atos de celebração de convênio, no exercício de 2013. O ato foi acompanhado de perto por coordenadores dos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) e presidentes dos Conselhos Distritais de Saúde Indígena (Condisi).

CONT.



Conforme o edital, a entidade que participa do processo seletivo deve indicar os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) e Casa de Saúde do Índio (Casai/DF) nos quais têm interesse em executar as ações complementares. A relação deve fazer parte da documentação técnica exigida e apresentada na manhã desta quarta-feira. O edital completo do Chamamento Público está disponível na página da Sesai.

Quatro entidades apresentaram propostas, sendo elas: Instituto Materno Infantil de Pernambuco (Imip); Missão Evangélica Caiuá; Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM) e Associação Rondon do Brasil. Conforme foi exposto, apenas a Associação Rondon não apresentou a documentação necessária para concorrer no certame.

Após a abertura de todos os envelopes e a confirmação da entrega da documentação exigida, a sessão, presidida pelo Diretor do Departamento de Gestão da Saúde Indígena (DGESI), Fernando Rocha, foi encerrada. Agora, de acordo com os trâmites legais, a mesma será reaberta às 14h da próxima sexta-feira (8).

"O próximo passo é avaliar tecnicamente todos os documentos apresentados, realizar a classificação e, na próxima sexta-feira, reabrir a sessão para divulgar o resultado final e a relação de classificação. Após isso, será publicado no Diário Oficial e as entidades terão até cinco dias úteis para entrar com recursos ou questionamentos", explicou o diretor, lembrando que finalizado o processo licitatório, a previsão é de que os termos sejam assinados a partir de 1º de janeiro de 2014.

Fernando também reforçou a questão de se trabalhar pela transparência nos trabalhos do Ministério da Saúde. "O Ministério sempre busca isso, selecionar entidades com maior lisura possível, dando satisfação para a sociedade e à comunidade indígena. Além disso, esse Chamamento tem outra visão. Queremos definir metas para essas entidades. Agora, todos os convênios estarão pautados em indicadores e metas para que a sociedade possa acompanhar", esclareceu.

Presente no evento, o coordenador-geral de Convênios da Missão Caiuá, Demétrius do Lago Pareja, defendeu a importância do processo de eleição das entidades que queiram, de fato, trabalhar com a Saúde Indígena. "O Chamamento é o processo democrático de consolidação do programa de Saúde Indígena como um todo, do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS). É muito interessante ter esse processo que democratiza e traz transparência", disse, lembrando que a 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena (5ª CNSI) tem o desafio de discutir e criar uma legislação que atenda as especificidades da Saúde Indígena.

Por outro lado, o coordenador de Contratação de Convênios da SPDM, José Mendes da Silva, lembrou que as empresas que apresentaram documentação serão as que prestarão o melhor serviço possível para as comunidades indígenas.

O coordenador do DSEI Xavante, Luz Soares, defendeu a decisão de realizar o Chamamento para a definição dos parceiros que trabalharão com a Saúde Indígena. "Legalmente, possibilita um novo momento de clarear e tirar dúvidas e formatar uma parceria de forma que possa ser

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 202/ 2013

Brasília, 7 de novembro de 2013.

acompanhado por todos, tanto gestão, como comunidade, que é a maior interessada, e os órgãos de controle. Todos saem ganhando. É muito positivo e vai melhorar profundamente nossos processos de gestão da Saúde Indígena”, concluiu.

Conforme o edital, a vigência dos convênios é de um ano, prorrogável por mais cinco anos.

Por Paulo Borges

Foto: Luís Oliveira – Sesai/MS



Agricultores fazem protesto e, mais uma vez, ministro da Justiça fala em suspender demarcação

SÍTIO CIMI, 6.11.2013

Por Renato Santana,
de Brasília (DF)



O ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, depois de protesto de agricultores, falou em suspender, na tarde desta quarta-feira, 6, o procedimento de demarcação da Terra Indígena Passo Grande do Rio Forquilha, entre os municípios de Sananduva e Cacique Doble, Rio Grande do Sul. A decisão gerou revolta entre o povo Kaingang: Cardozo descumpriu acordo firmado no último dia 24 de outubro, em Erechim (RS). Antes da reunião, as demarcações no estado já vinham suspensas.

Na ocasião, representante da Justiça, indígenas e colonos definiram que o governo federal seguiria com a demarcação e ambos os lados da disputa não realizariam mobilizações. No caso, os Kaingang paralisariam retomadas e ações de garantia da terra tradicional. Nesta quarta o comércio de Sananduva fechou as portas, uma rodovia foi trancada e em Brasília protesto bateu às portas do Ministério da Justiça.

“Ele (Cardozo) está desfazendo o acordo. Já fizemos a autodemarcação e se o governo paralisar o procedimento vamos nós mesmos desintrusar a área. Se houver derramamento de sangue, a culpa será do ministro”, afirma o cacique Leonir Franco Kaingang. Conforme o acertado na reunião do dia 24, diz o cacique, a demarcação deveria ser concluída até o final deste mês.

O encontro ocorreu depois dos Kaingang terem feito a autodemarcação, durante o mês de outubro, dos 1.916 hectares de ocupação identificada como tradicional. A comunidade ficou entre 2003 e 2010 às margens da BR-343. Permaneceram ali sob lonas pretas, suportando o forte calor e o frio rigoroso. Dois indígenas foram atropelados e o grupo passava por privações. Tudo mudou quando regressaram para a terra tradicional.

Dali por diante os conflitos passaram a outro patamar, mas estavam na terra a qual foram expulsos quatro décadas antes. Os não-indígenas na área dizem que estão em 115 família. Para os indígenas, o importante é que não haja nenhum, porém defendem que não passam de

CONT.



60, sendo apenas seis a quantidade de grandes proprietários. Destes, cinco vivem fora das terras que possuem na terra indígena. Plantam soja.

“Os invasores inflam números, contam aos colonos sobre expulsões de comunidades e fazem um cenário terrível. Falta esclarecimento para o povo da cidade (Sananduva). Aham que os agricultores vão sair de mão abanando, o que não é verdade. O que eles têm na cabeça é que vão ser retirados à força”, destaca o cacique. Ele explica que evitam ir para a cidade à noite e que o Estado precisa garantir as indenizações. “Nós e os pequenos somos todos vítimas deste e de outros governos”, define.

A Terra Indígena Passo Grande do Rio Forquilha tem seus hectares divididos quase ao meio, entre os municípios de Sananduva, onde está a violência contra a comunidade Kaingang, e Cacique Doble, parte da terra em que todo o procedimento acontece sem resistência de colonos, “ao contrário, temos boa relação com eles”, frisa cacique Leonir.

Histórico de violências

Contam os mais velhos que os primeiros invasores a chegar na região do Alto Uruguai, noroeste do Rio Grande do Sul, tocavam gado de um canto a outro tendo o território Kaingang como passagem. Por ali acampavam. Alguns foram se instalaram. A rota dos tropeiros não tardou a ser usada por outros grupos, colonizadores, incentivados pela ‘limpeza’ da região promovida pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI).

Os mais fortes economicamente tiraram os índios das terras, durante todo o século XX. Os pequenos chegaram na sequência. Cada um se disse dono de pedaços maiores ou menores do território Kaingang picotado. Negociavam as terras entre si, com gente de fora e mais ‘no fio do bigode’ do que com escrituras, sendo estas, quando muito, fornecidas ilegalmente pelo governo do Rio Grande do Sul. Cerca de 400 hectares de ‘propriedades’ em Passo Grande do Rio Forquilha estão sem títulos ou documentação.

As expulsões eram violentas. Conforme os mais velhos da comunidade, os invasores vinham e queimavam as casas, as tabas. Propunham parcerias para a plantar e na lavoura seguinte simplesmente se diziam donos da terra. Artemio dos Santos Kaingang, com mais de 70 anos, afirma que tem parentes enterrados abaixo de uma plantação de soja. Na época do SPI, muitos Kaingang fugiam do aldeamento forçado para o Passo Grande, vindos de Cacique Doble e Ligeiro.

Leonir Caldato é um dos beneficiados destes tempos. Em três ocasiões os Kaingang retomaram a área de 96 hectares do fazendeiro. Desde a primeira ocupação, em 2003, as gavetas da casa grande estavam vazias. Caldato está longe daquilo que ele diz que é seu há, ao menos, 10 anos, segundo os indígenas.

“A relação com os agricultores invasores é boa, mesmo assim. Concordam que ali era indígena e esperam por indenização, mas os grandes, envolvidos com a velha prática, insistem em produzir factóides de violência e indignação generalizada contra os Kaingang”, encerra cacique Leonir.

Livro mostra indígenas isolados no Pará
SÍTIO SOM MAIOR NEWS, 6.11.2013

Por Marcelo Rubens Paiva (Estadão)



Há 20 anos recebi o telefonema de um amigo paraense, Rogério Assis, fotógrafo que documentava tribos indígenas para o Museu Emílio Goeldi em Belém, com quem passei dias em Alltamira em 1988, na beira do Xingu, num encontro da União das Nações Indígenas, de que minha mãe era advogada. Ele fotografara uma tribo isolada, que vira pela primeira vez um helicóptero, e sua foto era capa dos principais jornais do mundo.

Precisava vir para São Paulo. Precisava de uma agência que o representasse. O cara se hospedou na minha casa e conheceu o grande e saudoso João Bittar, com quem se associou. Foi para o Estadão e depois Folha de S. Paulo, em que eu trabalhava. Viramos uma dupla: eu repórter, ele fotógrafo. Fizemos pautas pelo Brasil e nos Estados Unidos. Ele morou na minha casa 3 anos, que virou uma espécie de consulado paraense em SP. Se casou com minha amiga de escola, Cacau. Hoje ele lança "Os Zo'é vinte anos depois".

Com imagens de encontros com tribo isolada da Amazônia no começo, 1989, e agora, em 2009, na região dos rios Cuminapanema, Erepecuru e Urucuriana, no Pará. Passou meses agora, na Frente de Proteção Etnoambiental Cuminapanema, mantida pela Funai, para a preservação e isolamento da Terra Indígena Zo'é.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 202/ 2013

Brasília, 7 de novembro de 2013.

A boa notícia é quem, se antes, estavam doentes, com febre, devido a um contato com missionários que perambulam pela Amazônia para catequizar índios isolados [tema abordado por Babenco em 1991 no filme "Brincando nos Campos do Senhor" agora são amparados pela Funai, que mantém uma estrutura boa de apoio e os nativos isolados.

No livro tem também um ensaio da antropóloga Dominique Tilkian Gallois, das maiores estudiosas sobre os usos e costumes de várias etnias da região e, especialmente, dos Zo'é; e uma apresentação de Márcio Meira, presidente da Funai no período da segunda viagem do fotógrafo.

XII Jogos Indígenas reúne 48 etnias brasileiras e representantes internacionais de 11 países

SÍTIO POCONÉ ON LINE, 6.11.2013



Da Redação - Marianna Marimon
Foto: Ednilson Aguiar/Secom-MT

A abertura tradicional indígena do XII Jogos dos Povos Indígenas acontece na próxima sexta-feira (8) às 9h, ao acender o Fogo Ancestral Indígena promovida pelos líderes espirituais das etnias presentes. Já a abertura oficial do evento será no sábado (9) às 16h30. Com uma programação extensa, irão se reunir em Cuiabá 1.600 indígenas de 48 etnias brasileiras, além de representantes internacionais de 11 países.

A programação contará com apresentações culturais, que irão contribuir para que a cultura indígena seja disseminada. Os Jogos ocorrem até o dia 16 de novembro, e durante todos os dias, a partir das 9h, haverá feiras de alimentos indígenas, exposição, vendas de artesanato, pinturas corporais e literatura.

Além disto, também acontece um ciclo de debates. Também haverá, a partir das 19h, a realização de apresentações culturais indígenas e folclores regionais.

O evento será internacional e conta com representantes das nações indígenas de países como México, Costa Rica, Paraguai, Peru, Estados Unidos, Canadá, Colômbia, Venezuela, Guatemala, Panamá e Guiana Francesa.

Confira aqui a programação completa dos Jogos Indígenas

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 202/ 2013

Brasília, 7 de novembro de 2013.

Jogos Indígenas

Os Jogos dos Povos Indígenas foram realizados pela primeira vez em 1996, com apoio do ministro do Esporte, Pelé, os Jogos possuem o lema: "O importante não é competir, e sim celebrar".

Nos jogos nativos de integração serão disputadas as modalidades de arco e flecha, futebol, arremesso de lança, cabo de força, corrida, natação, canoagem e corrida de tora. Além disto, serão apresentados os jogos tradicionais de demonstração.



MPF recomenda que Incra publique RTID da comunidade quilombola Rio dos Macacos
SÍTIO CEDEFES, 6.11.2013

O órgão busca dar celeridade ao processo de reconhecimento do território e de resolver o problema da permanência da mesma em área da União, sob o comando da Marinha.
06/11/2013

O Ministério Público Federal (MPF) na Bahia expediu recomendação na última quarta-feira, 30 de outubro, para que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) adote as medidas efetivas para a publicação do relatório técnico de identificação e demarcação (RTID) da comunidade quilombola Rio dos Macacos, localizada na Base Naval de Aratu, em Simões Filho. A recomendação visa dar celeridade ao processo de reconhecimento da comunidade e resolver o problema da permanência da mesma em área da União, sob o comando da Marinha.

A recomendação é resultado da audiência pública realizada no dia 23 de outubro, na sede do MPF/BA, que discutiu a situação da comunidade. A publicação do RTID foi uma das reivindicações dos moradores, que relataram a demora no processo de identificação e demarcação por parte do Incra. Segundo a recomendação, estudos realizados pelo Incra e pela perícia antropológica do MPF já constataram que a comunidade Rio dos Macacos, remanescente de quilombos, se encontra no local há quase duzentos anos.

De acordo com o procurador Regional dos Direitos do Cidadão, Leandro Nunes, não existem justificativas razoáveis para a morosidade na publicação do RTID, visto que já decorreram mais de seis meses desde a data da elaboração do documento. Em função disso, o MPF requer que o Incra adote medidas efetivas com vistas à publicação do RTID da comunidade no prazo de 20 dias.

Histórico – Existente há mais de 200 anos, a comunidade quilombola Rio dos Macacos enfrenta um conflito com a Marinha do Brasil há cerca de 42 anos, quando o local onde a comunidade está instalada foi escolhido para a construção da Base Naval de Aratu. Desde então, os integrantes da comunidade, que hoje conta com mais de 300 pessoas, alegam ser alvo de ações violentas, praticadas por oficiais da Marinha, na intenção de expulsar cerca de 46 famílias residentes no local.

O conflito ganhou ainda mais força após a decisão da Justiça Federal na Bahia, que determinou a desocupação de área situada na Base Naval de Aratu pela comunidade quilombola. Em maio deste ano, o MPF ajuizou agravo de instrumento perante o Tribunal Regional Federal da Primeira Região, contra a decisão.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 202/ 2013

Brasília, 7 de novembro de 2013.

Em 2011, o MPF já havia proposto ação civil pública pedindo que a Justiça determinasse a permanência da comunidade no local, mas os pedidos não foram acatados. Em junho de 2012 o órgão expediu uma recomendação ao Comando do 2º Distrito Naval da Marinha do Brasil, visando a coibição de prática de atos de constrangimento físico e moral contra os quilombolas.

Fonte: Ministério Público Federal na Bahia



Boletim de Notícias - Edição nº 202/ 2013

Brasília, 7 de novembro de 2013.

Encontro discute a educação escolar quilombola no Amapá

SÍTIO RÁDIOS EBC, 6.11.2013

Em debate, o ensino nas escolas que ficam em quilombos ou em instituições que atendam estudantes quilombolas



Educação Quilombola Marcello Casal Jr
Agência Brasil

O Repórter Amazônia desta quarta-feira (6) destaca ainda o Mapa da Distribuição Espacial da População Segundo Cor ou Raça do IBGE lançado na 3ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Segundo a pesquisa, a Região norte concentra 66% da população parda. Confira também que o STF confirmou habeas corpus a fazendeiro envolvido na morte da missionária Dorothy Stang. No Tocantins, Estádio Nilton Santos vai ser reformado para servir de base de treinamento na Copa de 2014.

O Repórter Amazônia é uma produção da Rede de Rádios Públicas da Amazônia e vai ao ar de segunda a sexta-feira, às 18h30, pelas Rádios Nacional da Amazônia e Nacional do Alto Solimões, em rede com emissoras de toda a região. Acompanhe.

Produtor
Roberta Timponi



SC – Governo suspende demarcação de terras indígenas, e agricultores liberam SC-283

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 7.11.2013

Manifestação foi contra demarcação de terras indígenas no Oeste de SC. Ministro suspendeu temporariamente delimitação das terras no Oeste.

Por Eduardo Cristófoli do G1 SC



Após mais de nove horas de protesto, agricultores que bloqueavam um trecho da SC-283, entre Chapecó e Seara, liberaram a via por volta das 16h30 desta quarta-feira (6/11). A manifestação foi contra a demarcação de terras indígenas na região e os trabalhadores liberaram o local após o governo federal suspender temporariamente a demarcação. Porém, ainda serão feitas negociações para decidir o que acontecerá com as terras.

A rodovia foi bloqueada de ambos os lados na manhã desta quarta (6). Somente ambulâncias puderam transitar pela via. O protesto foi contra a ampliação da área indígena Toldo Pinhal, que

abrange parte dos municípios de Paial, Seara e Arvoredo. A Fundação Nacional do Índio (Funai) quer a ampliação da área dos atuais 800 para mais de [sic] quatro mil hectares. Se isso acontecer, 300 famílias de agricultores terão que deixar as terras, que serão ocupadas por índios vindos de outras regiões do país [sic].

Representantes dos agricultores tiveram uma reunião com o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, em Brasília, nesta quarta (6). No encontro, o ministro anunciou a suspensão das demarcações e a criação de um grupo de trabalho para encontrar alternativas que agradem todos os envolvidos no caso.

A primeira ação prática definida na audiência depende da Funai. De acordo com o coordenador geral da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, Rui Valença, ainda esta semana a Funai deve pedir à Justiça a suspensão da demarcação da área indígena em Sananduva, no Rio Grande do Sul.

“No Rio Grande do Sul, a primeira reunião acontecerá no dia 13 de novembro, em Porto Alegre, com a presença do ministro da Justiça José Eduardo Cardozo. Já em Santa Catarina as

CONT.



negociações devem iniciar após o dia 20 de novembro, ambas com a presença dos governos de cada Estado”, antecipou Rui Valença.

Com a demarcação, cerca de 330 famílias teriam que deixar as terras. Em setembro, o Ministério da Justiça de Chapecó considerou indígena a área em que vivem os agricultores, e desde então diversas negociações foram feitas para reverter a situação.

Ainda no Oeste, outras 170 famílias de agricultores dos municípios de Saudades e Cunha Porã também podem ter que deixar as terras. Um decreto do Ministério da Justiça declarou como terra indígena uma área de 2.721 hectares. Os agricultores justificam que moram no local há décadas e nenhum deles obteve a posse das terras de maneira ilegal. Todos têm escritura. Em primeiro grau, a justiça deu parecer favorável aos agricultores, diferente do Tribunal Regional Federal. Agora o caso está sob análise do Supremo Tribunal Federal (STF).

A luta pelo território: o centro simbólico e real do Bem Viver. Entrevista especial com Paulo Suess

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 7.11.2013

A teologia índia "luta pelo sobreviver, pela vida e pelo Bem Viver. O alvo da luta é a transformação do Estado neoliberal em Estado do Bem Viver para todos", diz o teólogo



IHU On-Line – “O conceito de Bem Viver não é uma receita ou um manual de aplicação, mas um horizonte que nos faz caminhar, discernir e lutar pela redistribuição dos bens do Planeta (terra, água, ar) e pelo reconhecimento do outro e da outra, não em relações concorrenciais, mas de reciprocidade e gratuidade”, diz o teólogo em entrevista à IHU On-Line.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail, Suess esclarece que a “luta por terra e território é o centro simbólico e real do Bem Viver dos povos indígenas e, por conseguinte, também central para a ação evangelizadora da Igreja”. E acrescenta: “faz 30 anos que a CNBB, em seu Documento 26 (n. 248) sobre a ‘Catequese Renovada’, nos animou que, em

obediência a Jesus Cristo e ‘sua mensagem de libertação e salvação’, devemos assumir a ‘tarefa crítica e profética diante das situações contingentes da História’. E isso ‘não consiste apenas em adesão a um credo ou princípios morais, mas também, e principalmente, em atitudes’”.

Suess ressalta que países como Bolívia e Equador têm uma proposta de superação das políticas “subordinadas aos projetos de hegemonia competitiva”, e incluíram em suas Constituições os conceitos de *sumak kawsay* e *kechwa*, ou seja, Bem Viver. Entretanto, ressalta, “o belo texto das Constituições se encontra escondido num Quartel General rodeado por um exército inimigo em cujos uniformes está estampada a sigla PEC (Projeto de Emenda Constitucional).

Também na Bolívia e no Equador o Bem Viver é utopia. Não é uma nova classe que chegou ao governo. O Patchakutik não aconteceu. Trata-se apenas de novos rostos a serviço da velha classe dominante. Também os governos de esquerda, às vezes com farda indígena, às vezes

CONT.



com macacão de operário, têm pouco ou nada a negociar com os pobres ou com os povos indígenas.

Em comparação com as ditaduras — mudou algo? Sim, mudou. Agora tudo é 'legal' e a alienação é geral. A marcha do Estado do Bem Estar ao Estado do Bem Viver é longa e dura; será a luta pelo pão para todas as bocas”.

Paulo Suess é doutor em Teologia Fundamental com um trabalho sobre Catolicismo popular no Brasil. Em 1987 fundou o curso de Pós-Graduação em Missiologia, na Pontifícia Faculdade Nossa Senhora da Assunção, em São Paulo, onde foi coordenador até o final de 2001. Recebeu o título de Doutor honoris causa, das Universidades de Bamberg (Alemanha, 1993) e Frankfurt (2004). É assessor teológico do Conselho Indigenista Missionário – Cimi e professor no ciclo de Pós-Graduação em Missiologia, no Instituto Teológico de São Paulo – ITESP. Entre suas publicações, citamos Dicionário de Aparecida. 40 palavras-chave para uma leitura pastoral do Documento de Aparecida (São Paulo: Paulus, 2007). Confira a entrevista.

IHU On-Line – Quais são os aspectos centrais da concepção indígena do Bem Viver?

Paulo Suess - Os aspectos centrais da concepção indígena do Bem Viver podem ser resumidos com cinco palavras-chave: utopia, comunidade, harmonia, simplicidade e ruptura. O Bem Viver (sumak kawsay) é uma utopia, muito próxima à utopia do Reino de Deus que, em sua plenitude, é escatológica. A utopia é crítica ante a situação atual, com suas ideologias, falsas promessas e alienações e, como tal, não é um retrato de uma sociedade ao alcance de todos e todas aqui e agora, mas um dispositivo no imaginário da humanidade que faz as pessoas caminharem rumo a um futuro almejado e possível para todos e todas. Em doses homeopáticas e na simplicidade da vida cotidiana em comunidade, esse futuro já se revela na energia e na harmonia comunitárias, no viver como conviver e na ruptura (Patchakutik) com as patologias sistêmicas.

IHU On-Line – Os sete Encontros de Teologia Índia apontam para uma longa caminhada. Como foi a origem e a trajetória desses encontros?

Paulo Suess - Iniciamos essa caminhada com “Consultas Latino-Americanas de Pastoral Indígena”. Na época eu era secretário e logo depois assessor latino-americano do Conselho Indigenista Missionário – Cimi. Percebemos que o Brasil precisa caminhar em sua pastoral indigenista junto com os países nos quais os povos indígenas representam um peso populacional maior. Tomamos contatos com as pastorais indígenas dos outros países e, em 1983, em Brasília, realizamos a Primeira Consulta Latino-Americana de Pastoral Indígena, com a participação de 15 países. Seguiram outras consultas e realizamos cursos do Norte ao Sul do Continente que mais tarde cederam lugar aos encontros de Teologia Índia. Percebemos que o protagonismo da Pastoral Indígena deve ser cada vez mais dos próprios povos indígenas, e estes transformaram “nossa” pastoral indígena em “sua” teologia índia.

O primeiro Encontro Continental de Teologia Índia se realizou no México (1990) e trabalhou “A metodologia da Teologia Índia”; o segundo aconteceu no Panamá (1993) e refletiu sobre “A

CONT.



experiência de Deus nos projetos de vida de nossos povos”; o terceiro, na Bolívia (1997), teve como tema “Sabedoria indígena, fonte de esperança”; o quarto, no Paraguai, (2002), se colocou “Na busca da terra sem males”; o quinto, realizado no Brasil (Manaus 2006), dialogou sobre “A força dos pequenos, vida para o mundo”; o sexto foi celebrado em El Salvador (2009) e se discutiu a “Mobilidade humana, desafio e esperança para nossos povos indígenas”; e o sétimo encontro foi realizado, com a participação de 250 líderes indígenas, no Equador (2013), onde se aprofundou o tema “Sumak kawsay e vida plena”. O VIII Encontro Continental de Teologia Índia, provavelmente, vai ser celebrado na Argentina.

IHU On-Line – Quais foram as principais reflexões do VII Encontro Continental de Teologia Índia, no Equador?

Paulo Suess - As principais reflexões do VII Encontro Continental de Teologia Índia se encontram na “Mensagem Final” do evento, intitulada “A Boa Notícia de Pujilí”. Pujilí, perto de Latacunga, é o lugarejo onde se realizou esse encontro.

A Boa Notícia é a memória do Bem Viver dos povos andinos que faz sonhar e iniciar a reconstrução da vida como Vida Plena para todas e todos. A proposta do Bem Viver dá rumo às nossas lutas e une nossas heranças milenares num projeto comum. Nessa memória se tornam presentes os mártires indígenas que deram a sua vida para o Bem Viver das comunidades e para a recuperação da Terra Mãe, que está doente. Essa doença tem a sua origem nas estruturas do sistema dominante que transforma tudo em mercadoria: a educação e a saúde, a própria terra e a espiritualidade, a política e os governos. A “Mensagem” invoca a força curadora da sabedoria ancestral e a capacidade de produzir uma ruptura estrutural (patchakutik). Trata-se de uma luta entre vida e morte. Ou extirpamos o câncer que corrói a vida do planeta ou ele nos vai destruir a todos e todas. O Sumak Kawsay e o Evangelho fazem parte do mesmo projeto do Deus da Vida. Por fim, a “Mensagem de Pujilí” reivindica dos governos o reconhecimento de seus territórios ancestrais, de sua autonomia e autodeterminação; dos pastores pedem respeito à espiritualidade dos povos indígenas, defesa de sua causa como fez “nosso mestre Jesus” e mais participação dos leigos e das mulheres nos espaços de suas diferentes Igrejas.

IHU On-Line – Em que medida e por que a teologia tem de se preocupar com questões políticas e econômicas, a exemplo do que ocorre com a Teologia Índia na América Latina? Qual é o significado do resgate desta ideia no atual momento político?

Paulo Suess - No final do Vaticano II, o Papa Paulo VI foi questionado e, por alguns setores, até acusado de que o Concílio negligenciou a catequese, a doutrina e o anúncio explícito do Evangelho. Paulo VI, em seu discurso de 7 de dezembro de 1965, respondeu, o que vale, de uma maneira geral, também como resposta à sua pergunta: “Toda [esta] riqueza doutrinal [da Igreja] orienta-se apenas a isto: servir à humanidade, em todas as circunstâncias da sua vida, em todas as suas fraquezas, em todas as suas necessidades. A Igreja declarou-se quase a escrava da humanidade [...]; a ideia de serviço ocupou o lugar central”. O Papa Francisco, por sua vez, advertiu, durante a Jornada Mundial de Juventude, no Rio de Janeiro, em seu “Encontro com a Comissão de Coordenação do Celam”, no dia 28 de julho de 2013, para uma

CONT.



Igreja que facilmente se transforma de uma Igreja servidora em uma Igreja controladora da fé (cf. CNBB, Papa Francisco, p. 95). A luta por terra e território é o centro simbólico e real do Bem Viver dos povos indígenas e, por conseguinte, também central para a ação evangelizadora da Igreja. E faz 30 anos que a CNBB, em seu Documento 26 (n. 248) sobre a "Catequese Renovada", nos animou que, em obediência a Jesus Cristo e "sua mensagem de libertação e salvação", devemos assumir a "tarefa crítica e profética diante das situações contingentes da História". E isso "não consiste apenas em adesão a um credo ou a princípios morais, mas também, e principalmente, em atitudes" (ibidem).

IHU On-Line – Como a Teologia Índia e o conceito de Bem Viver podem ser aplicados na América Latina diante da conjuntura política e econômica atual?

Paulo Suess - O conceito de Bem Viver não é uma receita ou um manual de aplicação, mas um horizonte que nos faz caminhar, discernir e lutar pela redistribuição dos bens do Planeta (terra, água, ar) e pelo reconhecimento do outro e da outra, não em relações concorrenciais, mas de reciprocidade e gratuidade. Lutamos como servidores do outro e da outra para que ninguém precise mais ser servo ou serva. Nosso Bem Viver é resultado do Bem Viver do outro e da outra.

Em contextos de alienação generalizada, onde o futuro se tornou passado caracterizado pelo "pós" (pós-moderno, pós-histórico etc.), o Bem Viver "desafina o coro dos contentes" (Torquato Neto) e resgata a esperança.

IHU On-Line – Em que medida a Teologia Índia propõe uma reflexão e alternativa à sociedade capitalista e pode ser uma alternativa ao conceito neoliberal de desenvolvimento e crescimento econômico?

Paulo Suess - O desenvolvimento econômico neoliberal impulsionou uma nova colonização pelo capital, pela ideologia do desenvolvimento, pelo consumo e pela competição. Procurou-se curar as patologias do desequilíbrio pelas patologias da acumulação, do crescimento desenfreado e da aceleração. O resultado é um mundo que compreende a alteridade como ameaça. Por isso, no Estado Nacional, cuja base é esse desenvolvimento que cooptou os sistemas legislativo, jurídico e judicial, não existe um lugar para os povos indígenas. Vida e reflexão dos povos indígenas são protestos contra a humilhação como consumidores. Seus projetos de vida, acompanhados pela solidariedade de setores da sociedade civil, são insurreição contra o absurdo e freios de emergência de projetos que confundem o lucro com a vida.

IHU On-Line – Quais são os expoentes da teologia índia? Como ela dialoga com a teologia cristã?

Paulo Suess - A Teologia Índia não é teologia de indivíduos, mas de povos. Precisamos distinguir três correntes na Teologia Índia cujas matrizes são diferentes: (a) matriz cristã, (b) matriz indígena e (c) matriz secular.

a) A primeira tem como matriz de fundo o cristianismo sem abandonar seus mitos e origens

CONT.



religiosas. Ela emerge no interior de várias Igrejas que assumem as culturas indígenas com seus mitos e ritos e procuram construir uma pastoral que se fundamenta num cristianismo inculturado e que sabe encontrar no passado indígenas muitos elementos que apontam para a vida em abundância anunciado por Jesus Cristo.

b) Uma segunda corrente está predominantemente orientada por sua matriz indígena, por sua religião e seus mitos, com um conhecimento social do cristianismo. Os povos dessa corrente não foram propriamente atingidos pela catequese cristã, porém permitem muitas coincidências espirituais para uma caminhada em conjunto.

c) Uma terceira corrente indígena (muitas vezes urbana) não tem um referencial explícito com o religioso e articula suas lutas pelo Bem Viver no interior de ideologias de partidos e ciências sociais (socialismo, marxismo, anarquismo, entre outros).

Nem sempre é possível nitidamente distinguir esses grupos. Há sobreposições, coincidências e distinções entre eles. Todos lutam pelo sobreviver, pela vida e pelo Bem Viver. O alvo da luta é a transformação do Estado neoliberal em Estado do Bem Viver para todos. É claro que as Igrejas cristãs têm mais afinidade e maior responsabilidade eclesial com o primeiro grupo, mas elas podem dialogar e se relacionar com todos sem intenções proselitistas e sem esconder a Boa Nova que é o fundamento da esperança de todas as atividades pastorais.

IHU On-Line – Que contribuições a teologia índia pode dar a temas fundamentais como a teologia cristã, a teologia moral, a escatologia e a eclesiologia?

Paulo Suess - Creio que a teologia da criação, o tratado da Santíssima Trindade, a pneumatologia, a escatologia e o ecumenismo podem-se enriquecer no diálogo com as diferentes correntes das Teologias Indígenas. Mas talvez a Igreja católica tenha antes que aprender — no dizer do Papa Francisco — a ser menos “alfândega” e mais “servidora” da fé dos povos indígenas.

Na V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (2007), por exemplo, o enviado da Congregação para a Doutrina da Fé não permitiu que no Documento de Aparecida aparecessem as palavras “Teologia Índia”. Nessa condição de negação da existência da Teologia Índia, as contribuições serão escassas e clandestinas.

IHU On-Line – Quais foram os resultados do Plano Nacional Para El Buen Vivir (2009-2013) do Equador e como a proposta de Bien Vivir está sendo desenvolvida na Bolívia?

Paulo Suess - Enquanto nossos governos estão competindo com os países com economias fortes, nas discussões constitucionais da Bolívia e do Equador irrompeu uma proposta que procura superar as políticas subordinadas aos projetos de hegemonia competitiva. Essa proposta, de origem kechwa, se articula em torno de um novo paradigma do “bem viver”, em kechwa, “sumak kawsay”.

Assistimos na Bolívia e no Equador, como em todos os nossos países que depois das ditaduras

CONT.



lutaram em Constituintes por transformações profundas, o mesmo fenômeno: o belo texto das Constituições se encontra escondido num Quartel General rodeado por um exército inimigo em cujos uniformes está estampada a sigla PEC (Projeto de Emenda Constitucional). O sistema capitalista, que é incapaz de produzir o bem viver de todos os cidadãos, se submeteu aos três poderes do Estado e transformou relações comerciais em relações sociais. Também na Bolívia e no Equador o Bem Viver é utopia. Não é uma nova classe que chegou ao governo. O Patchakutik não aconteceu. Trata-se apenas de novos rostos a serviço da velha classe dominante. Também os governos de esquerda, às vezes com farda indígena, às vezes com macacão de operário, têm pouco ou nada a negociar com os pobres ou com os povos indígenas. Em comparação com as ditaduras — mudou algo? Sim, mudou. Agora tudo é “legal” e a alienação é geral. A marcha do Estado do Bem Estar ao Estado do Bem Viver é longa e dura; será a luta pelo pão para todas as bocas.



Nota Pela Revogação da Portaria 303 da AGU
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 7.11.2013



Arpin Sul – Nós, Deputados e Deputadas que integramos a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos e a Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas, na Câmara dos Deputados, tendo em vista o julgamento sobre a Petição 3388, pelo STF, no dia 23 de outubro de 2013, sobre o caso da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, vimos a público manifestar nosso integral repúdio às pretensões manifestadas pelo Advogado-Geral da União, Ministro Luis Inácio Adams, de reeditar a Portaria 303/2012, que pretendia estender as condicionantes instituídas por ocasião do julgamento da homologação da Raposa Serra do Sol, em 2009, a todas as terras indígenas do País.

Entendemos que tal medida, mesmo que suspensa desde abril, devido às pressões das mobilizações indígenas, foi responsável pelo agravamento da insegurança jurídica e social, pelo aumento da violência e pelo o recrudescimento do preconceito racial contra os povos indígenas. Estamos convencidos de que tal medida, a guisa de uniformizar a atuação dos advogados da União em casos idênticos, atende exclusivamente aos interesses dos ruralistas, mineradores e indústria petrolífera, que pretendem, com isso, avançar sobre os territórios indígenas, a fim de explorar os recursos naturais e minerais preservados graças a presença dos povos originários, em detrimento dos direitos indígenas.

Consideramos que a decisão da Suprema Corte, em relação à Petição 3388, afasta definitivamente a pretensa generalização das 19 condicionantes, ao afirmar que: “a decisão proferida na PET 3.388/RR não vincula juízes e tribunais quando do exame de outros processos, relativos a terras indígenas diversas”. Apesar disso, o Advogado-Geral se apressa em afirmar que pretende insistir na reedição desta malfadada portaria, contrariando o bom senso e atentando contras os direitos fundamentais dos povos indígenas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 202/ 2013

Brasília, 7 de novembro de 2013.

Ao invés de tentar criar obstáculos, a União deve se empenhar para agilizar os processos de demarcação que se encontram paralisados, alguns há anos, aguardando despachos meramente administrativos, em claro descumprimento a preceitos fundamentais e constitucionais, uma vez que a Suprema Corte já reafirmou o direito originário dos povos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam.

Portanto, a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos e a Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas reiteram a recomendação de que a Advocacia Geral da União revogue a Portaria 303 e se abstenha de editar quaisquer outros instrumentos normativos que possam representar obstáculo ao pleno reconhecimento dos direitos originários dos Povos indígenas às terras por eles ocupadas, conforme previsto na Constituição Federal e na Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.

Brasília-DF, 6 de novembro de 2013.

Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos



Em nome da Aty Guasu, Tonico Benites denuncia sérias ameaças de delegado a Yvy Katu, para providências urgentes do governo federal
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 7.11.2013

Prezado (a), procuradores do MPF, Ministro da Justiça, presidente da FUNAI, Presidente da República:

Segue resumo de fato preocupante surgido no tekoha Yvy Katu por conta da Ordem de Despejo Judicial de Navirai, MS, nº0001402-67.2013.403.6006, mais tenso sobretudo por conta dos discursos públicos do delegado federal Alcídio de Souza Araújo na reunião das comunidades Guarani e Kaiowá



Eu, Tonico Benites, na condição de representante e porta voz da Aty Guasu Guarani e Kaiowá, (no dia 06/11/2013) participei da reunião com oficial da justiça, delegado federal (Alcídio), agente da PF (Alvaro) da Operação Guarani e os três agentes da FUNAI, na sede da FUNAI em Iguatemi-MS. Essa primeira reunião ocorreu no dia 06/11/2013 às 10h00min. Depois disso, às 14h00min, aconteceu segunda reunião com a comunidade indígena Guarani na area Yvy Katu. Na area Yvy Katu não foi o oficial da Justiça. O delegado federal Alcídio participou da reunião. Segue o resumo do fato ocorrido hoje no tekoha Yvy Katu, destacando o discurso do delegado federal na reunião no tekoha Yvy Katu-Japorã-MS.

Na primeira reunião (06/11/2013), foi revelado que um oficial da justiça e delegado da polícia federal sem notificar a FUNAI, MPF e comunidades indígenas Guarani e Kaiowá do Yvy Katu estavam indo para Yvy Katu para cumprir a ordem de despejo judicial de Navirai-MS. Diante disso, os agentes da FUNAI, na primeira reunião na cidade de Iguatemi-MS, explicaram ao oficial da justiça e para o delegado federal ALCÍDIO que precisava notificar primeiro a FUNAI e, depois disso, notificar as comunidades Guarani do Yvy Katu; que a notificação da comunidade deve acontecer de modo dialogado e pacífico, defende o chefe da CTL- FUNAI, mas o delegado federal respondeu que vai executar a ordem judicial imediatamente. Não haverá prazo não.

Nesse momento recebemos informação por telefone que as comunidades indígena do Yvy Katu estavam em protesto, bloqueando as estradas vicinais e as pontes para resistir ao despejo judicial. Diante dessa informação o oficial da justiça não foi notificar e executar a ordem da justiça na fazenda Chaparrau (no Yvy Katu), mas foi o delegado federal Alcídio com os 4 agentes da PF. Começou segunda reunião já na area de Yvy Katu, às 14 horas, no tekoha Yvy Katu-Japorã-MS. Na ocasião dessa segunda reunião se encontraram os agentes da FUNAI da

CONT.



CR-FUNAI Ponta Porã-MS, presente também o delegado da Polícia Federal Alcídio de Souza Araújo com quatro agentes da PF, lideranças Aty Guasu juntamente com as comunidades e lideranças Guarani e Kaiowá.

Inicialmente, o delegado federal Alcídio de Souza Araujo falou publicamente para comunidade Guarani e Kaiowá que há uma ordem de despejo judicial imediata autorizada pela justiça federal de Navirai-MS que ele vai coordenar a execução imediatamente, isto é, em qualquer momento. Garantiu que ele como delegado federal vai solicitar milhares de policiais federais, militares, exércitos, forças nacionais para expulsar os indígenas Guarani e Kaiowá da área.

"A ordem vai ser cumprida, oficial da justiça já está em Iguatemi". "Nós policiais federais vamos ter que imediatamente varrer vocês índios das fazendas". "Para a justiça federal não existe terra indígena Yvy Katu" repetiu delegado federal Alcídio. "A ordem de juiz é imediata, é para agora". "Um oficial da justiça está em cidade Iguatemi-MS, já vou trazer ele aqui para executar a ordem". "Oficial da justiça vai notificar os índios e já vai cumprir a ordem imediatamente".

Esses discursos do delegado Alcídio geraram imediatamente muito revolta e indignação nas comunidades Guarani e Kaiowá do Yvy Katu presentes que estavam passivas. As comunidades indígenas pediram três dias de prazo. Delegado Alcídio respondeu, "três dias de prazo já são descumprimentos da ordem da justiça".

Diante da resposta do delegado federal, os integrantes dos Guarani e Kaiowá indignadas e ofendidas responderam que vão resistir ao despejo no tekoha Yvy Katu. Falaram para o delegado que a comunidade Guarani e Kaiowá não vão sair expulsos do tekoha Yvy Katu.

"Senhor delegado federal quer matar todos nós Guarani, pode matar todos nós aqui"; "daqui não vamos sair"; "nós crianças, mulheres, homens aqui nessa terra vamos morrer", responderam a comunidade Guarani e Kaiowá. Além disso, falaram que as comunidades decidem não conversar mais com o delegado federal Alcídio.

Ao ouvir isso, o delegado, falou: "vou conversar com a juíza agora"; "contarei à juíza que vocês índios descumpriram a ordem"; que "as lideranças serão responsabilizadas e punidas". "Se vocês índios se juntarem 4.000,00 índios para resistir, eu vou juntar 10.000,00 mil policiais contra vocês". "Vou cumprir a ordem de despejo judicial". "SEI QUE VOCÊS ÍNDIOS SÃO SEPARADOS DOS BRANCOS". "Não quero falar de morte DE ÍNDIOS". "Vocês sabem muito que os índios mortos já não lutam mais". "ÍNDIO MORRE E ACABOU". " Vocês índios vivos podem até cobrar do governo mais de um milhão de reais PELA INDENIZAÇÃO DA MORTE, mas não o morto não viverá mais". "Vou preparar para cumprir a ordem da justiça, e DEUS ABENÇOE VOCÊS ÍNDIOS". Assim, O DELEGADO ALCÍDIO ENCERROU A SUA FALA E FOI EMBORA DA REUNIÃO.

FRENTE AO DISCURSO CONSTRANGEDOR DO DELEGADO ALCÍDIO, os Guarani Kaiowá do Yvy Katu e da comissão da Aty Guasu estão muito indignados, ofendidos, preocupados e com medo; por essa razão, solicitamos para ministro da Justiça com urgência exoneração e retirada

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 202/ 2013

Brasília, 7 de novembro de 2013.

do delegado Alcídio da operação Guarani da cidade de Iguatemi-MS. Visto que com o delegado Alcídio não haverá mais diálogo e nem pode mais comparecer no YVY KATU por conta da ameaça de morte coletivo e genocídio anunciada por ele. As comunidades recomeçam a sua manifestação pela exoneração e retirada imediata do delegado federal ALCÍDIO DE SOUZA ARAUJO.

Aguardamos com urgência AS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS AO FATO NARRADO pelo ministro da Justiça.

Atenciosamente,

Tonico Benites

Porta voz da Aty Guasu.



Em repúdio às ameaças da Polícia Federal contra a comunidade de Yvy Katu (MS)
SÍTIO CIMI, 7.11.2013

Com profunda indignação, o plenário da XX Assembleia Geral do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), reunida em Luziânia (GO), vem a público repudiar e exigir explicações do Ministério da Justiça e Presidência da República sobre as ameaças feitas pelo delegado da Polícia Federal do Mato Grosso do Sul, Alcídio de Souza Araújo, contra a comunidade Guarani Nandeva do tekoha - lugar onde se é - Yvy Katu.

As denúncias foram feitas na manhã desta quinta-feira, 7, pelo Conselho da Aty Guasu, Grande Assembleia Guarani, disponibilizadas nas redes sociais e informadas à imprensa.

Este senhor esteve na tarde desta quarta-feira, 6, em área retomada de Yvy Katu, terra indígena homologada desde 2005, para uma tentativa, sem a presença de Oficial de Justiça, de reintegração de posse baseada em ameaças covardes, ilegais, racistas e ofensivas contra os direitos humanos e constitucionais. Os relatos preocupam.

Quem é este cidadão, com tamanho poder, que atribui a si função conferida à Presidência da República, como a ameaça de uso do Exército para cumprir reintegração de posse? Conforme o denunciado pelas lideranças da Aty Guasu, Grande Assembleia Guarani, Alcídio declarou: "Se vocês estiverem em 4 mil aqui, eu posso juntar 10 mil policiais, Força Nacional, militares do Exército para cumprir a ordem judicial".

O delegado Alcídio frisou aos indígenas que na Justiça não existe Yvy Katu, mas existem propriedades. Seguiu, de acordo com as lideranças presentes, afirmando que "índios mortos não lutam mais, o sonho acabou", além de dizer: "Vocês índios vivos podem até cobrar um milhão de reais pela morte de índio do governo, mas quem morreu já morreu". Em tom de desprezo e seguindo com as ameaças, disse: "Não sei na crenças de vocês, mas na minha crença só um homem ressuscitou, que é Jesus Cristo".

Alegou ainda que a ordem judicial de reintegração, concedida pela Justiça Federal de Naviraí no final de outubro ao proprietário de uma das fazendas instaladas na terra indígena, seria executada imediatamente. Terminou dizendo, depois das ameaças não terem servido para convencer os indígenas a saírem de suas terras tradicionais: "Deus abençoe vocês!".

O Cimi conclama a todas organizações indigenistas e de direitos humanos que acompanhem esta grave situação. Diante da gravidade das acusações manifestadas pelas lideranças indígenas e pelo histórico deste policial na Terra Indígena Buriti, onde Oziel Gabriel Terena foi assassinado durante uma reintegração de posse, exigimos que o Ministério da Justiça e a Presidência da República afastem o delegado Alcídio das regiões que se encontram em conflito fundiário.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 202/ 2013

Brasília, 7 de novembro de 2013.

O Cimi salienta que este pedido já foi feito pelas lideranças indígenas do Mato Grosso do Sul. Portanto, caso haja qualquer tipo de violência contra a comunidade de Yvy Katu a responsabilidade será exclusiva do ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, por não reagir diante da postura inaceitável do delegado, e da presidente da República, Dilma Rousseff, por deixar a comunidade exposta às violências dentro de terra tradicional homologada por decreto presidencial.

Luziânia, GO, 07 de novembro de 2013

XX Assembleia Geral do Conselho Indigenista Missionário - Cimi

Ministro do STF concede liminar para suspender homologação da demarcação da terra indígena Kayabi

SÍTIO OLHAR JURÍDICO, 7.11.2013

De Brasília - Catarine Piccioni



O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), deferiu pedido de antecipação de tutela para suspender os efeitos do decreto presidencial referente à homologação da demarcação administrativa da terra indígena Kayabi. A decisão foi proferida em ação cível originária movida pela Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso (PGE).

Na condição de relator, Fux decidiu obstar liminarmente o registro em cartório imobiliário pela União da área demarcada em território

mato-grossense, impossibilitando a transferência da propriedade até o julgamento final do processo.

AGU diz que ação da PGE se baseia em alegações equivocadas

Em setembro último, a PGE protocolou a ação no STF para questionar o decreto presidencial, em vigor desde abril deste ano. A procuradoria alega que a homologação estabeleceu um conflito federativo entre a União e Mato Grosso. Isso porque, segundo a ação, a União declarou como suas terras pertencentes ao estado. A PGE quer que o Supremo diga se as terras pertencem ou não aos índios.

A decisão -- assinada ontem pelo ministro e ainda não disponibilizada na íntegra -- deverá ser submetida à apreciação do plenário do Supremo. Em relação ao mérito, o governo estadual quer o "reconhecimento da nulidade" do decreto.

Antes da decisão, a Advocacia-Geral da União (AGU) disse ao STF que não tinha interesse em submeter a ação à câmara de conciliação e arbitragem da administração federal, rejeitando assim a possibilidade de acordo com o governo de Mato Grosso. O decreto prevê 1.053.257 hectares de superfície e 733 quilômetros de perímetro em área localizada em Apiacás (Mato Grosso) e em Jacareacanga (Pará).

Comunidade indígena Malacacheta realiza a oitava Festa da Damorida SÍTIO FOLHA BV, 7.11.2013

A comunidade indígena Malacacheta, região da Serra da Lua, realiza a partir de hoje, 7 e até o dia 9 de novembro, a oitava Festa da Damorida. A comunidade indígena está localizada no município de Canta, a 36 km de Boa Vista/RR.

O festejo tradicional que acontece há oito anos têm como símbolo a valorização da cultura indígena, através do prato típico, a Damorida. O prato que é feito a base de pimenta, peixe ou carne de caça moqueada, sendo degustada com beiju ou farinha, é uma das riquezas tradicionais dos povos indígenas.



O festejo tradicional que acontece há oito anos têm como símbolo a valorização da cultura indígena, através do prato típico, a Damorida

Conforme a programação da Festa, no primeiro dia (7), a abertura está marcada para as 8h com a defumação do Maruai, apresentações de danças e cantos tradicionais pelos alunos das escolas indígenas da região, competições tradicionais de arco e flecha, tomar caxiri, trançar darruana, fiar algodão e outras competições tradicionais. A noite do primeiro dia vai encerrar com apresentações culturais, às 20h.

No segundo dia (8), a programação segue com os concursos da Índia e Índio da Damorida 2013, competição do cabelo mais longo, da melhor pintura corporal indígena, da vestimenta tradicional e o poema da damorida. O último dia (9) para encerrar o festejo terá a escolha da melhor Damorida, onde os participantes vão se preparar para exporem as damoridas diversas, que após a escolha será degustada por todos os participantes, em um almoço coletivo no malocão. Toda a noite terá apresentações culturais paralelas.

Durante os dias de festejo haverá venda de produtos agrícolas, artesanatos indígenas e variedade (comida/bebidas) nas barracas instaladas nas mediações do malocão no centro da comunidade indígena Malacacheta.

A comunidade indígena tem a expectativa de receber mais de mil participantes, entre lideranças de várias comunidades indígenas da região, jovens, crianças, mulheres indígenas e demais convidados. A festa é aberta aos visitantes.



Cuiabá se prepara para receber os Jogos dos Povos Indígenas

SÍTIO REPÓRTER MT, 7.11.2013

Trinta e oito ocas estão sendo montadas para receber delegações de 48 etnias. Os jogos começam na sexta e seguem até o dia 16 de novembro.



Uma das ocas contará com atividades de inclusão

Além das ocas, que vão servir de alojamento para os 1.600 participantes, a estrutura é composta por refeitório, tendas para as feiras de artesanato e da agricultura familiar tradicional indígena e a "Oca Digital", que contará com 20 computadores para atividades de inclusão digital. Também foi construída a "Oca da Sabedoria", onde serão realizados os debates sobre a questão indígena no Brasil e no Mundo e o fórum social, que decidirá qual a cidade que receberá os jogos mundiais, em 2015: Palmas (TO), São Paulo (SP) ou Rio de Janeiro (RJ).

Nos jogos nativos de integração serão disputadas as modalidades de arco e flecha, futebol, arremesso de lança, cabo de força, corrida, natação, canoagem e corrida de tora. A região do Jardim Botânico, em Cuiabá, arruma os últimos detalhes para os Jogos dos Povos Indígenas. Trinta e oito ocas estão sendo montadas para receber delegações de 48 etnias nacionais e representações indígenas de 16 países. Os jogos começam na sexta-feira e seguem até o dia 16 de novembro.

A programação será rica em apresentações culturais e aberta ao público que queira conhecer mais sobre a cultura indígena. Todos os dias, a partir das 9h, haverá feiras de alimentos indígenas, exposição, vendas de artesanato, pinturas corporais e literatura. No período noturno, a partir das 19 horas, serão realizadas apresentações culturais indígenas e folclores regionais.

A abertura tradicional indígena será feita no dia 08 de novembro, às 17h30. Eles irão acender o Fogo Ancestral Indígena e promovida pelos líderes espirituais das etnias presentes. A abertura oficial do evento será no sábado (09), às 16h30.

Bebê indígena de 8 meses corre risco de ter mão amputada por erro durante atendimento em Hospital

SÍTIO ECOS DA NOTÍCIA, 7.11.2013



Aplicação errada de um soro teria provocado necrose na mão da criança

Apesar da gravidade do ocorrido com um bebê indígena na etnia Kaninawá ser gravíssima, o caso estava sendo tratado com muita cautela na tentativa de não chegar ao conhecimento público, mas a reportagem do site Ecos da Notícia conseguiu “furar” o cerco que envolve o caso do bebê internado no Hospital da Criança vítima de um possível erro durante atendimento no Hospital do município de Santa Rosa.

Entenda o caso:

Há 36 dias a criança encontrasse internada no Hospital da Criança em Rio Branco, onde os médicos tentam reverter um quadro de necrose da mão do bebê após aplicação de um soro no Hospital de Santa Rosa do Purus.

De acordo com o que foi apurado os pais e o bebê são moradores da Aldeia Porto Rico, localizada na Floresta do município de Santa Rosa do Purus e o pai Bristo Lopes Nonato Kaxinawá juntamente com a mãe da criança Maria Pinheiro Kaxinawá, viajaram da Aldeia até a sede do município em busca de socorro médico para a filha que apresentava um quadro de febre e tosse.

Bebê entra no Hospital com diagnóstico de pneumonia e sai com mão necrosada

Durante atendimento no Hospital daquela cidade o bebê então com sete meses de idade foi diagnosticado com um quadro de pneumonia e teve início o tratamento com a internação da criança.

Durante aplicação de um soro o técnico em enfermagem identificado pelo nome de Francisco Silva Santos que fez o atendimento teria aplicado o soro de forma errada causando um inchaço na mão da criança em seguida o início do possivelmente processo de necrose dos dedos e da palma da mão da criança já subindo para o braço.

Diante da gravidade do problema o médico daquele município encaminhou a criança para atendimento em Rio Branco, onde o bebê e os pais foram levados para a CASAI – Casa de

CONT.

Apoio a Saúde Indígena, localizada na Avenida Antônio da Rocha Viana em seguida internada no Hospital da Criança, os médicos em Rio Branco tentam de todas as formas evitar que a mão do bebê seja amputada, mas o quadro clínico ainda continua crítico.

Mãe da criança entra em desespero e não quer deixar amputar a mão da filha

Os pais da criança que não dominam a língua portuguesa tem uma grande dificuldade de entender o processo que a filha passa, mas tentam evitar que a mão da filha seja amputada.

De acordo com informações durante um dos curativos realizados no Hospital da Criança, a mãe do bebê entrou em desespero e “guardou” a filha em uma espécie de bolsa Canguru normalmente usada nas aldeias para o transporte de recém-nascidos até crianças de



dois anos e não quer mais permitir que os enfermeiros e médicos se aproximem da filha, pois a mão da criança teria ficado em “carne viva” ao ser retirado uma parte necrosada e esse procedimento assustou a mãe. Que não mais permite aproximação dos profissionais.



Reunião hoje na Acrissul define estratégia contra invasões indígenas

SÍTIO REGIÃO NEWS, 7.11.2013

Em Mato Grosso do Sul nenhum acordo para por fim às invasões foi cumprido pelos índios, nem os judiciais e nem os extrajudiciais

A Acrissul (Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul) convocou para esta quinta-feira, a partir das 17h, um grande encontro envolvendo todas as entidades ruralistas de Mato Grosso do Sul, entre Famasul, sindicatos rurais, Recovê e MNP (Movimento Nacional de Produtores) para tratar das estratégias que serão adotadas após o dia 30 de novembro, prazo consentido entre ruralistas, lideranças indígenas e Poder Público, para que seja solucionado definitivamente o problema dos conflitos agrários gerados no campo a partir das invasões de terras por etnias indígenas em Mato Grosso do Sul.

Já são mais de 70 propriedades invadidas.

O encontro acontece no auditório da Acrissul, no Parque de Exposições Laucídio Coelho.

"Até agora todos os prazos concedidos para por um fim aos litígios acabaram não sendo cumpridos e a solução para o problema só se arrasta", afirma o presidente da Acrissul, Francisco Maia. "Este é o prazo final", alerta.

Na semana passada o vice-presidente da entidade, Jonatan Pereira Barbosa, representou a Acrissul numa audiência pública no Senado Federal e alertou para o "derramamento de sangue" que pode acontecer se este prazo de 30 de novembro não for acatado. "E o grande responsável por esta guerra entre índios e fazendeiros será o governo federal", sinalizou Jonatan.

Em Mato Grosso do Sul nenhum acordo para por fim às invasões foi cumprido pelos índios, nem os judiciais e nem os extrajudiciais. Nem após a decisão do Supremo Tribunal Federal, que pacificou a questão de Raposa Serra do Sol, em Roraima, cessaram-se as invasões.

"O que vemos em todo o País, quando assunto é conflito agrário envolvendo indígenas, é uma completa campanha de desobediência civil, patrocinada por ONGs estrangeiras que estimulam as invasões e de olho nos recursos naturais que essas reservas podem guardar", avalia Chico Maia.

Deputada quer reunião com secretários para discutir conflito indígena

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 7.11.2013



Caseiro diz que reunião precisa ser urgente para conter as invasões em MS (Foto: Divulgação)

A deputada estadual Mara Caseiro (PT do B) requisitou a mesa diretora da Assembleia que convocasse os secretários estaduais e representantes dos produtores rurais e indígenas para discutir o aumento de invasões de terras em Mato Grosso do Sul.

"Temos que discutir com mais propriedade esta situação, novas fazenda estão sendo invadidas, sem nenhuma segurança jurídica, precisamos o apoio e ação das autoridades competentes", destacou ela.

Caseiro destacou que em função dos últimos acontecimentos esta reunião precisa ser marcada de forma "urgente", já que após a passividade e silêncio da União, a situação está saindo do controle.

"Vamos chamar a Famasul (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de MS), a Acrisul (Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul) e representantes da comunidade indígena e do governo estadual, temos que discutir com profundidade esta questão", apontou ela.

Invasões – De acordo com a Famasul (Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de MS), existem 79 propriedades invadidas no Estado, 21 destas após o acordo firmado entre produtores, indígenas e o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, que em visita à Campo Grande, garantiu apontar soluções para os conflitos agrários. Até agora, as negociações continuam paradas.

Ministério Público autua comerciantes que retêm cartões de benefícios de indígenas em Dourados

SÍTIO FATO NEWS, 7.11.2013



Durante fiscalização, agentes também encontraram alimentos deteriorados em estabelecimentos.
Foto: Hedio Fazan/Jornal O Progresso

O MPF (Ministério Público Federal) iniciou ontem (6) ação de combate à retenção de cartões magnéticos provenientes da aposentadoria e concessão de benefícios sociais, expedidos aos indígenas, como garantia de pagamento de débitos por proprietários de estabelecimentos comerciais na região da Reserva de Dourados.

A operação, realizada em conjunto com a Funai, Inmetro, Procon, Vigilância Sanitária, Secretaria municipal de Finanças e o apoio da Força Nacional, fiscalizou os estabelecimentos comerciais de Dourados localizados nos arredores das aldeias Bororó, Jaguapiru e Panambizinho.

A ação resultou na apreensão de alimentos inadequados para consumo e na análise de preços e quantidade dos produtos ofertados aos índios e dos alvarás dos estabelecimentos. O objetivo da ação é coibir práticas abusivas aos consumidores indígenas, especialmente após denúncias de retenção de cartões pessoais como garantia de pagamento.

As visitas, que também serão realizadas nos comércios instalados no interior das aldeias, foram acompanhadas de Recomendação do MPF que alerta sobre a abusividade da apreensão de documentos. Segundo o órgão ministerial, a prática, além de violar o direito do consumidor, configura crime e gera dano moral à coletividade indígena.

Após as fiscalizações, ações criminais e cíveis devem ser ajuizadas pelo Ministério Público Federal contra os comerciantes notificados, segundo informa a assessoria do órgão.

Fonte: Douranews



Líder indígena e antropóloga da USP discutem obra que apresenta a cultura dos Yanomami

SÍTIO UFMG, 7.11.2013

O líder Yanomami e xamã Davi Kopenawa e a antropóloga da Universidade de São Paulo (USP) Beatriz Perrone-Moisés participarão hoje, 7, de roda de conversa sobre a tradução do livro *La chute du ciel*. O evento, que terá início às 14h, no auditório Luis Pompeu da Faculdade de Educação (FaE), integra a programação do colóquio Davi Kopenawa e a Hutukara: um encontro com a cosmopolítica Yanomami.

[Acompanhe a transmissão em tempo real.](#)

Publicado em 2010, o livro contou com a colaboração do antropólogo francês Bruce Albert, que trabalha junto aos Yanomami desde 1975. A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami é um relato da história de vida de Kopenawa, que descreve a cultura e o modo de vida do seu povo na floresta amazônica.

Na obra, Davi relata a sua iniciação como xamã e os seus primeiros encontros com forasteiros – incluindo os garimpeiros que inundaram as terras Yanomami durante os anos 80 e causaram a morte de muitos nativos, doentes ou vítimas de violência. Ele também expõe suas impressões da cultura ocidental em viagens ao exterior.

Kopenawa é uma das lideranças indígenas mais importantes da atualidade e foi convidado pelo Programa de Cátedras do Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares (Ieat) para falar sobre os 20 anos de demarcação da Terra Indígena Yanomami e ainda expor a relação entre conhecimento e xamanismo.

Ainda na tarde de hoje, das 18h às 20h, haverá Mostra de Realizadores e Pesquisadores Indígenas, na Sala de Teleconferências da FaE. Amanhã, 8, às 14h, após mesa-redonda com o tema Sobre cosmopolíticas, com os professores Renato Sztutman (USP) e Eduardo Vargas (UFMG), será proposta a criação do Conselho Consultivo Indígena na UFMG, iniciativa baseada na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O catedrático

David Kopenawa já proferiu discurso na ONU e em diversos outros fóruns internacionais. Em 1988, recebeu o Global 500 Award das Nações Unidas – o mesmo prêmio que fora concedido a Chico Mendes. Em 1989, recebeu o Right Livelihood Award, considerado o Prêmio Nobel alternativo.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 202/ 2013

Brasília, 7 de novembro de 2013.

Em 1999, foi condecorado com a Ordem do Rio Branco pelo presidente da República brasileiro. Em 2008 recebeu menção honrosa especial do Prêmio Bartolomé de Las Casas, outorgada pelo governo espanhol, por sua luta em defesa dos direitos dos povos autóctones das Américas.

Outras informações podem ser obtidas pelo telefone (31) 3409-4123.

Jogos Indígenas terá abertura na sexta feira

SÍTIO 24 HORAS NEWS, 7.11.2013

Abertura promete ser marcante, com presença de várias etnias do Brasil



Jogos Indígenas tem sua abertura programada para sexta-feira

Será nesta sexta-feira (8) a cerimônia de acendimento do Fogo Ancestral; Indígena, que dá início à 12ª edição dos Jogos dos Povos Indígenas. O evento será às 17h30 na Arena Central, localizada no Jardim Botânico (ao lado da Ambev), em Cuiabá.

O evento terá as presenças do prefeito Mauro Mendes e do governador Silval Barbosa. Já no sábado (9) será realizada a abertura oficial dos jogos, às 16h30, também na Arena Central. Os Jogos Indígenas serão realizados de 8 a 16 de novembro.

Cerimônia de Acendimento do Fogo Ancestral Indígena

Data: sexta-feira (8)

Horário: 17h30

Local: Arena Central – Jardim Botânico (ao lado da Ambev)

Abertura Oficial

Data: sábado (9)

Horário: 16h30

Local: Arena Central – Jardim Botânico (ao lado da Ambev)

MS – Delegado da PF tenta despejar Yvy Katu e ameaça voltar com Força Nacional sexta-feira

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 7.11.2013



Cimi - A Polícia Federal tentou realizar a reintegração de posse da fazenda Chaparral, na Terra Indígena Yvy Katu, em Japorã (MS), nesta quarta-feira, 6. A informação é do Conselho Aty Guasu, que está no local acompanhando o caso. Segundo os conselheiros, o delegado Alcídio de Souza Araújo – responsável pela operação que terminou com a morte de Oziel Terena, diversos feridos e a apreensão de equipamentos de indígenas e jornalistas – foi

ao local, desacompanhado do Oficial de Justiça, pressionar os indígenas para que saíssem da área. Depois, conforme lideranças, ameaçou despejo com apoio da Força Nacional.

Ainda, organizações de direitos humanos encaminharam nesta quarta ofício à Superintendência da PF no estado e ao Ministério Público Federal (MPF) exigindo que sejam convocadas as entidades e comissões de direitos humanos para acompanhar a ordem judicial, que pode ser cumprida a qualquer momento. Notificada, a Fundação Nacional do Índio (Funai) também entrará com recurso para tentar derrubar a liminar de despejo.

“Quem veio aqui foi aquele delegado [Alcídio], que a gente conhece”, relata um conselheiro do Aty Guasu, a grande assembleia Guarani e Kaiowá do estado. Além da reintegração que terminou na morte do Oziel, Alcídio já realizou o despejo da comunidade Guarani Kaiowá de Laranjeira Nanderu, no município de Rio Brilhante.

“Ele [o delegado] foi duro, truculento. Disse que ia responsabilizar as lideranças, quem estava na frente. Mas a comunidade também foi forte com ele”, conta. “Ele disse que a decisão é emergencial, que é uma decisão da Justiça, que tem que cumprir. Nós respondemos que a Justiça também decidiu que essa nossa terra é indígena, dez anos atrás, mas nunca ninguém executou nada”, conta.

Outro conselheiro explica que os indígenas então propuseram ao delegado que voltasse com o Oficial de Justiça na sexta-feira, às duas da tarde. “A gente pediu os dois dias, mas ele disse que não, falou: ‘bom, aí já é descumprimento de ordem, então Deus abençoe vocês. Vou avisar o juiz, e ele vai ver o que faz a partir de agora’, mas nós colocamos essa data”.

CONT.



“Ele disse também que se for preciso ele vai acionar a Força Nacional para cumprir a ordem, e disse que responsabilizaria as lideranças por qualquer coisa que acontecesse. Nós dissemos que todo mundo é responsável, que Guarani se organiza assim e a Constituição garante. Se for prender, tem que prender todos nós”.

Tensão

Segundo relatos colhidos pelo Conselho do Aty Guasu, o clima é bastante tenso na região. O acampamento tem sofrido sucessivos ataques, aos quais os indígenas estão respondendo com trancamentos de estradas vicinais e mais barracos espalhados pela área ocupada.

Na segunda-feira, agentes da Polícia Civil e Federal, em conjunto da Funai, estiveram no acampamento, realizando revistas com a justificativa de que estavam a procura de armas de fogo que supostamente estariam em posse dos indígenas. Os indígenas ficaram indignados: “por que os policiais vem revistar nós indígenas, que não temos nada, mas não revistam do outro lado da cerca, onde eles sabem que tem armas, que são as armas que eles usam pra atacar a gente e matar?”

Na segunda, 5, um grupo armado cercou e atacou a comunidade. Na fuga, um dos pistoleiros deixou uma motocicleta para trás, que foi confiscada pelos indígenas e entregue à Polícia Federal.

Os indígenas que estão acampados em uma parte da terra demarcada garantem que não sairão, mesmo com a ordem de reintegração. “Nós vamos permanecer. Nós vamos receber o oficial na sexta, mas pra avisar que não vamos sair. Já esperamos mais de 10 anos, estamos esperando todo esse tempo a decisão da Justiça”, afirma uma Nandeva acampada na fazenda.

Direitos Humanos

Diversas organizações de direitos humanos – entre elas, a Comissão Permanente de Assuntos Indígenas (Copai) e a de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil do Mato Grosso do Sul (OAB-MS), o Conselho Indigenista Missionário e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) - protocolaram hoje um ofício à Superintendência da Polícia Federal em Mato Grosso do Sul, com cópia para o MPF, exigindo que as entidades sejam convocadas para acompanhar a reintegração.

A exigência vem no sentido de evitar abusos e ilegalidades, como os que levaram à morte de Oziel, e se baseia nos critérios estipulados pelo “Manual de Diretrizes Nacionais para Execução de Mandados Judiciais de Manutenção e Reintegração de Posse Coletiva”, elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário em 2008.

As entidades também destacam que o manual aponta que as operações deverão ser documentadas por filmagens, que deve ser permitido pela polícia a qualquer uma das entidades presentes ao ato. Na reintegração da Terra Indígena Buriti, além do assassinato de Oziel e quando muitas pessoas ficaram feridas, diversos equipamentos de indígenas e jornalistas foram apreendidos pela Polícia Federal.

Comunidades quilombolas mantêm tradição do congado

SÍTIO REDE TOCANTIS DE NOTÍCIAS, 7.11.2013

Festa começou a ser realizada há mais de 300 anos



Reconhecidos como fortes redutos da cultura negra no Tocantins, os municípios de Santa Rosa, Monte do Carmo, Conceição do Tocantins, Ipueiras e Silvanópolis conservam tradições que simbolizam o sincretismo cultural e religioso do Brasil. Entre elas, os congos ou congadas, que se originaram durante o período colonial e representam a coroação de reis do Congo.

Tradicionalmente, os congos se apresentam no cortejo a Nossa Senhora do Rosário, mas em Santa Rosa, distante 140 km de Palmas, ocorrem no Dia de Finados, dois de novembro, durante os Festejos das Santas Almas Benditas, quando os cortejos formados por reis, rainhas (festeiros) e súditos (comunidade e visitantes) seguem para os cemitérios da cidade e das comunidades rurais, com destaque para a comunidade do Taperão, na Fazenda Açude, e a comunidade quilombola de Morro de São João.

De acordo com a socióloga Eliane Castro, da diretoria de Cultura da Secretaria de Estado da Educação (Seduc), há informações de que a apresentação do congado em homenagem aos mortos ocorre somente no Tocantins. Segundo a comunidade local, a festa começou a ser realizada há mais de 300 anos, numa fazenda conhecida como Fazenda Engenho, mais tarde chamada Açude. Ela teria sido trazida de Portugal por um padre que formou uma família com uma negra escrava. Os descendentes teriam dado continuidade ao festejo.

CONT.

“Das entrevistas que fiz no Morro de São João, não obtive essa informação de que a comunidade tenha surgido de remanescentes da Fazenda Açude. A comunidade do Açude, no entanto, afirma que o congo realizado no Morro de São João foi levado da Fazenda Açude. São ramificações de lá, segundo seus moradores, os congos de Santa Rosa, Ipueiras e Morro de São João”, completa a pesquisadora, lembrando outro detalhe que diferencia o congado tocantinense dos demais: a suça, dança de origem afro-brasileira típica da região.

Localizada cerca de 10 km da cidade, a fazenda guarda vestígios da época da escravidão, como um curral de pedra em um extenso mangueiral e o cemitério, que os moradores locais apontam ter cerca de três séculos.

A festa

Neste ano, dois casais dividiram o reinado: Artur Nunes da Silva e Rosinêe Pereira, na sexta, 1, Carlos Rodrigues Bonfim e Ângela Rodrigues Bonfim, no sábado de Finados. Ambos organizaram as festas em pagamento de promessas.

“Dois reinados no mesmo dia não pode, já morreu muita gente uma vez”, revela uma das mais antigas moradoras da comunidade, Severiana Nunes Cerqueira, 83 anos. Segundo ela, não é possível dar uma data para o início dos festejos no Taperão. “O povo antigo não sabia contar, só sei que quando cheguei já existia”. Isso nos anos de 1950.



A presença do grupo de congado é fundamental. São 12 homens liderados por Eduwiges Fernandes Pinheiro. A batida da caixa (tambor) marca as músicas de frases simples. “A rainha veio mariada, veio com o rei de Portugal”, repetem os congos em clara referência à chegada da corte portuguesa ao Brasil. “Bom tempo foi aquele que Deus nos ajudou. O bom tempo foi se embora porque se acabou”, continuam.

Os congos abrem caminho para o cortejo em direção ao cemitério, em uma caminhada de 6

CONT.



km. No local, sob a sombra das árvores, é rezado o terço para as almas benditas. No retorno, a suça é dançada sob a sombra do mangueiral e novo terço é rezado na capelinha de adobe, antes que o almoço seja servido.

Quilombolas

Distante 44 km da Fazenda Agude, e 34 km de Santa Rosa, neste ano a comunidade quilombola de Morro de São João enfrentou muitos desafios para realizar o festejo, a começar da desistência do festeiro, que motivado por problemas pessoais não levou a função adiante. Foi preciso uma mobilização entre a comunidade para angariar fundos para a festa.

Duas crianças do grupo, Ludmila da Silva Guimarães e Lucas Paulo da Silva, foram escolhidas para ocupar o posto de rei e rainha.

O trajeto até o cemitério da comunidade tem cerca de 3 km. Nele, os congos depositam seus adornos sobre um túmulo especial. Ali descansa um antigo mestre dos congos, Antônio Rodrigues Nogueira. Também é diante de seu túmulo que o terço é rezado.

A programação termina com almoço distribuído para toda a comunidade, quando o presidente da associação local, Carlos Eduardo, anuncia o festeiro do próximo ano, Eliseu Lira, professor da Universidade Federal do Tocantins (UFT) em Porto Nacional. "Essa é a congada mais original de toda a região", afirma ele, que acompanha a manifestação na região há alguns anos.

Um dos responsáveis pela sobrevivência da congada no Morro de São João é Ornifo da Silva Guimarães, 54 anos. Aprendeu com o pai e ensinou ao filho, Alessandro, mas dá sinais de cansaço após 33 anos de congo. "A tradição está se acabando, falta apoio para dar instrumento, roupa, a mocidade está indo embora para trabalhar", conta ele, explicando o motivo pelo qual o grupo de congo só teve oito participantes neste ano, e não os 12 da tradição.

Apesar dos desafios, Ornifo não pretende parar. "Prometi pra minha mãe que enquanto pudesse conservaria o grupo, vou manter os congos enquanto aguentar", confirma.

Da ATN

Assentamentos Santa Guilhermina, Valinhos e o Quilombo São Miguel estão recebendo atendimentos especiais por parte do município
SÍTIO REVISTA BRILHE MS, 7.11.2013



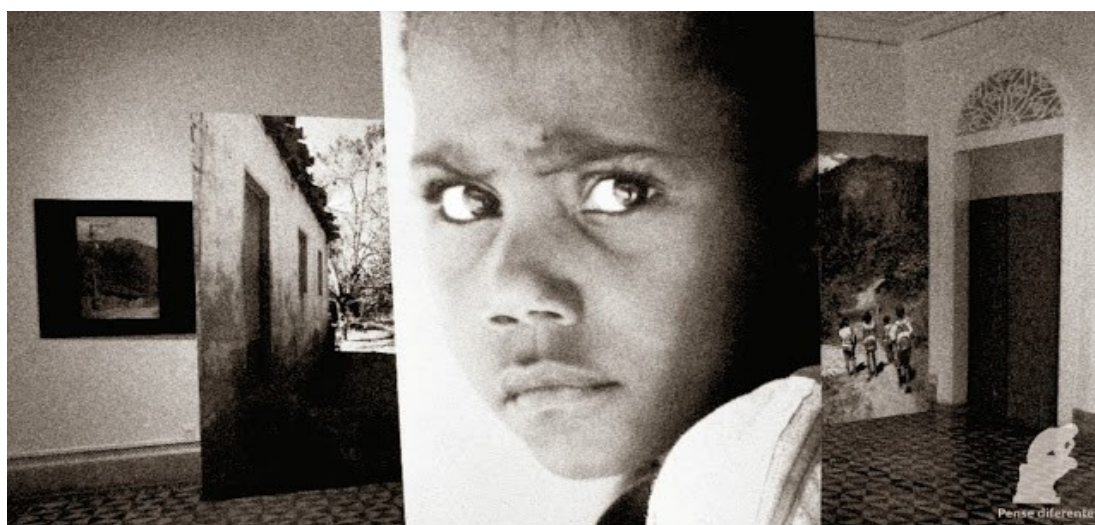
São cursos de: hortifrutigranjeiros, mini processamento de verduras e legumes, doces em compotas e boas práticas de fabricação e manejos de alimentos preparando o pequeno produtor para o futuro e principalmente para poder receber o SIMPAF, selo de qualidade, que é a comprovação da origem a certificação da qualidade do produto dando a o produtor uma melhor oportunidade no mercado consumidor.

Na Comunidade Quilombola São Miguel, os pequenos produtores se dividiram em grupos direcionados para cada produto: equipe de produção de mandioca, de milho, de mel e de hortaliças, o mel já conseguiu o certificado de garantia. De acordo com o responsável pela produção de mel, Jean Gonçalves, com o certificado os produtos ganharam uma maior aceitação, os cursos ofertados pela prefeitura trouxeram maior aumento de produtividade. "Hoje nosso produto já está sendo comercializado em toda a região e vamos aumentar a produção de 50 caixas para 70, o selo deu essa oportunidade". Concluiu.

Para o Presidente da Comunidade Quilombola São Miguel, Jorge Henrique, hoje o assentamento tem uma visão diferente das coisas, os cursos de aperfeiçoamento e o selo de qualidade nos abriram os olhos e mostrou que somos capazes. "O próximo passo é fazer a fábrica de rapadura e conseguir o selo de qualidade. Colocar o milho e a mandioca e as hortaliças no mercado é mais uma fonte de renda que está mudando nossa vida". Disse Jorge.

Por: Assessoria de Imprensa
Foto: Divulgação

"IMBÉ: TERRA DOS QUILOMBOLAS" NA CASA DE CULTURA DE GOITACAZES
SÍTIO RALPHBRAZ BLOGSPOT, 7.11.2013



(Foto: Ralph Braz)

Foi aberta na noite desta quarta-feira (5), na Casa de Cultura José Cândido de Carvalho, em Goitacazes, a exposição Imbé: Terra dos quilombolas, que retrata o cotidiano das comunidades remanescentes, na região do Imbé. A mostra estava no Museu Histórico de Campos.

A programação faz parte das atividades pelo Mês da Cultura, elaborada pela Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima (FCJOL). Na oportunidade o pesquisador Hélyvio Cordeiro e o curador Jorge Luiz dos Santos relataram as experiências adquiridas durante o trabalho.

A dona de casa Virgínia da Silva Miguel, moradora da Baixada Campista, tem os filhos nos projetos desenvolvidos na Casa de Cultura. "A exposição está linda, trazendo a real natureza dessas pessoas que moram em lugares como o Imbé, dando esta possibilidade para mim e os visitantes conhecermos a história. As aulas da Casa de Cultura, o ballet e capoeira melhoram a disciplina das crianças, que aprendem a dar continuidade à boa educação que recebem das escolas e da família", disse.

Acontece até o final do mês, a exposição de artesanato "Trilho das Artes". As artesãs vendem os produtos em crochê, fuxico, macramê e fibra de bananeira. Materiais recicláveis também são utilizados para a confecção de produtos, como colares de caixas de leite, cestaria em jornal e bolsas feitas com lacres de garrafas de refrigerante.

CONT.



Dando continuidade à programação do Mês da Cultura, nesta quinta-feira (7), a partir das 15h, será aberta a exposição "Memória do Açúcar". A mostra relata por meio de fotos antigas, quadros, objetos e documentos, os momentos históricos da indústria canavieira na região.

Fonte: Ascom



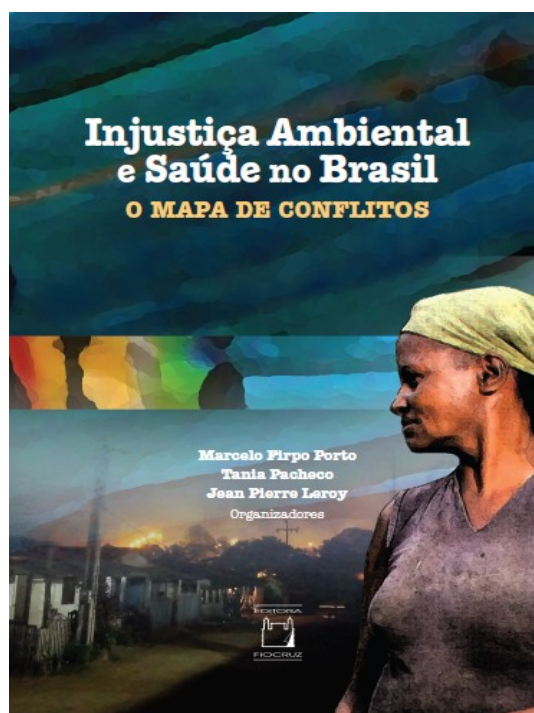
Mais olhares sobre o Mapa de Conflitos: dois lançamentos, em 8 e 15 de novembro
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 7.11.2013

Por Livia Duarte, jornalista da FASE - Solidariedade e Educação

Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos, livro organizado por Marcelo Firpo Porto, Tania Pacheco e Jean Pierre Leroy, será lançado pela Editora Fiocruz com dois eventos.

O primeiro é o vigésimo aniversário da editora, comemorado na Academia Brasileira de Letras. O lançamento (que inclui outras obras) será em 8 de novembro, de 15h30 às 18h. A ABL fica na Av. Presidente Wilson, 203, Centro/Castelo, Rio de Janeiro.

Já em 15 de novembro, sexta-feira, o segundo lançamento acontece entre 17h às 18h, durante o VI Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Está marcada sessão de autógrafos no estande Espaço Saúde & Letras, que será montado no foyer do Teatro Odylo Costa Filho, no campus Maracanã (R. São Francisco Xavier, 524 – Maracanã – Rio de Janeiro).



O Livro: uma lupa atenta sobre o Mapa

Tania Pacheco, coordenadora executiva do Mapa de Conflitos e uma das organizadoras da publicação, explica que apesar da quantidade de informações disponibilizadas há três anos no mapa, o livro é importante na compreensão dos dados:

“O livro é uma reflexão sobre o Mapa, que é em si um material muito rico e de fácil uso. O que fazemos com o livro é extrair um pouco da riqueza dos mapas. Ele conta sobre a história do projeto e salienta alguns aspectos que nos pareciam importantes. Entre eles, a metodologia inovadora, com relatos que partem do olhar dos atingidos, das histórias deles”, comenta, indicando que as análises no livro permitem uma visão complexa sobre a realidade: “uma coisa

CONT.



é ver no mapa que existe o Porto de Açu, onde está, quantos municípios impacta. Outra é perceber a relação deste porto no Rio de Janeiro com a mineração de Conceição do Mato Dentro (MG), inserida num país chamado Brasil”, exemplifica.

O Mapa de Conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil é resultado de um projeto desenvolvido em conjunto pela Fiocruz e pela Fase, com o apoio do Departamento de Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde e continua sendo atualizado. Quatro pesquisadores verificam e reúnem informações sobre casos já registrados e outros novos. Denúncias chegam de diversas fontes, muitas vezes por meio do blog Combate Racismo Ambiental. O mapa foi publicado inicialmente com 297 casos. Hoje, mais de 400 estão listados.

“O ponto de partida é sempre o olhar dos atingidos, é a história deles, o que acontece com eles. E então os pesquisadores reúnem mais material de imprensa local, regional, nacional, informes de ONGs e movimentos sociais, etc. O resultado é tão rico, pode-se ver o papel das populações, do poder público, da Justiça em cada caso. É um instrumento excelente para pesquisa e também para ver onde é importante influenciar”, completa Jean Pierre Leroy, da FASE, outro organizador do livro.

Os oito artigos “Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos” destacam a metodologia de trabalho e traçam perspectivas, lançam luz sobre a prevalência do Racismo Ambiental nos conflitos do Mapa e enfatizam a disputa por territórios ocupados por Indígenas e Comunidades Tradicionais como causa de muitos conflitos. Mineração, siderurgia e energia são outros temas em destaque, assim como o agronegócio e os impactos do modelo de desenvolvimento sobre as cidades. A ferramenta e a metodologia também são analisadas. As “Alternativas para o Futuro” são também alvo de mapeamento.

Na orelha, Jorge Eduardo S. Durão, da FASE, destaca: “a força material e ideológica do projeto de desenvolvimento dominante – fortemente embasado na crença em que tal modelo de desenvolvimento é o pressuposto da erradicação da pobreza – coloca para todos nós o desafio de formular alternativas ao atual modelo e de pensar o processo de transição para uma sociedade sustentável e democrática”.

O mapa e a nova publicação, certamente, apresentam-se como ferramentas importantes neste processo.

No índice a seguir, descubra os autores:

1. Metodologia e Resultados do Mapa: uma síntese dos casos de injustiça ambiental e saúde no Brasil

Tania Pacheco, Marcelo Firpo Porto e Diogo Rocha

2. A Iniludível e Desumana Prevalência do Racismo Ambiental nos Conflitos do Mapa

Tania Pacheco e Cristiane Faustino

3. Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais: os visados territórios dos invisíveis

Jean Pierre Leroy e Jeovah Meireles

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 202/ 2013

Brasília, 7 de novembro de 2013.

4. Injustiça Ambiental no Campo e nas Cidades: do agronegócio químico-dependente às zonas de sacrifício urbanas

Marcelo Firpo Porto

5. Injustiça Ambiental, Mineração e Siderurgia

Bruno Milanez, Gabriela Scotto, Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior, Dário Bossi e Karina Kato

6. Capitalismo e Energia: alguns mecanismos básicos dos conflitos e das injustiças sofridas pelo povo brasileiro

Arsênio Oswaldo Sevá Filho

7. O Mapa como Espaço de Cidadania: reflexões e continuidades

Cristiane Faustino, Tania Pacheco, Marcelo Firpo Porto e Julianna Malerba

8. Mapeando Alternativas para o Futuro

Jean Pierre Leroy, Tania Pacheco, Marcelo Firpo Porto e Diogo Rocha

Suspensão de Segurança: Porque a Justiça não consegue decidir sobre o caso de Belo Monte

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 7.11.2013



Sítio Pimental, UHE Belo Monte (PA) – obras seguem a todo vapor, Foto: ISA

Por Biviany Rojas e Raul Telles do Valle, no ISA

O avanço inquestionável da construção da usina de Belo Monte só é possível porque ainda subsiste entre nós o instrumento processual da Suspensão de Segurança (SS).

Criado pela lei 4.348 de junho de 1964 com o intuito de controlar politicamente as decisões judiciais contrárias ao regime militar, esse entulho autoritário permite a tribunais suspenderem decisão de instância inferior diante do perigo de “ocorrência de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas”. Em resumo, permite aos Presidentes dos Tribunais cassarem decisões que julguem impertinentes, mesmo que estas não façam mais do que aplicar a lei em vigor no país.

Podemos afirmar que Belo Monte só está sendo implantada porque existe a Suspensão de Segurança. Essa não é a primeira nem a segunda vez que decisões judiciais bem fundamentadas, emitidas por juízes concursados e no pleno exercício de suas funções, são cassadas por tribunais superiores por representarem “ameaça à ordem e economia públicas”, independentemente do mérito jurídico das decisões.

CONT.



Em 2006, a presidente do STF à época, Ministra Ellen Gracie, suspendeu decisão da 3ª turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) que determinava que os povos indígenas atingidos pela usina fossem ouvidos, como determina a Constituição Federal e a Convenção 169 da OIT, da qual o Brasil é signatário. Ela, no entanto, acolhendo recurso da Advocacia Geral da União (AGU), entendeu que a continuidade do licenciamento, mesmo que viciado, era importante para a manutenção da "ordem e economia públicas". A opinião e os direitos dos povos indígenas seriam assuntos secundários, que eventualmente algum dia, quando julgado o conteúdo da ação, seriam analisado seriamente pelo Judiciário. Mas não naquele momento. Em 2012 o Ministro Ayres Britto reiterou essa decisão, quando o mesmo assunto voltou à sua mesa, novamente por meio da SS. Nessa ocasião, o presidente do STF prometeu que o julgamento de mérito da ação resolveria as controvérsias. Passados 15 meses, a ação sobre oitivas indígenas sequer foi novamente pautada pelo STF.

Em 2010, o leilão que escolheu a empresa construtora também só ocorreu por meio da Suspensão de Segurança. Apesar da Licença Prévia ter sido emitida em sentido contrário ao parecer técnico dos analistas do Ibama, o certame estava marcado normalmente. Analisando por mais de um mês o caso, o juiz de Altamira decidiu que não se podia fazer um leilão com base numa licença que, no mínimo, tinha graves problemas a serem resolvidos. Em poucas horas, sem ouvir o MPF, o então presidente do TRF1, desembargador Jirair Meguerian, decidiu, baseado em recortes de jornais e longas visitas da AGU, que:

"Sopesados os interesses em conflito, entendo que a decisão impugnada poderá acarretar prejuízo maior ao meio ambiente – caso o governo federal tenha que lançar mão de energia termoeletrica (sabidamente mais cara e poluente) devido à escassez de energia hidrelétrica –, além de impor prolongado retardamento na conclusão de obra de interesse nacional".

O Ibama outorgou sua licença ambiental – apesar do parecer desfavorável dos técnicos do órgão – acompanhada de um amplo conjunto de condições a serem observadas pelo empreendedor, que à época sequer havia sido escolhido. Essas condições seriam a "garantia" de que a obra seguiria os padrões mínimos de sustentabilidade previstos em nossa legislação. Ou seja, que sua implantação não significaria a expulsão das populações indígenas que vivem na região, a implosão das precárias condições urbanas dos municípios vizinhos pela chegada de milhares de imigrantes, que o Rio Xingu continuaria a ter um mínimo de vida correndo em suas águas. Para tanto, diversas medidas precisavam ser tomadas, várias delas ainda antes de se instalar o primeiro vergalhão de aço da barragem.

Três anos depois, a realidade é que as obras, financiadas com recursos públicos do BNDES, estão a todo vapor, mas o mesmo não pode ser dito das obrigações socioambientais que deveriam acompanhá-las. Por exemplo, o aterro sanitário de Altamira deveria ter sido entregue em junho de 2012, mas um acordo entre a Norte Energia e o Ibama prorrogou o prazo para junho deste ano. Até agora as obras não foram finalizadas. Já a transferência do lixo deveria ter começado em dezembro de 2011, mas obras só iniciaram em janeiro deste ano.

Outra obrigação fundamental é a construção de um novo sistema de abastecimento de água potável e de uma rede que garanta 100% da coleta e tratamento de esgoto em Altamira, a

CONT.



qual deveria ter sido iniciada em julho de 2011. As obras começaram com dois anos de atraso, e para estarem prontas no prazo originalmente previsto terão que bater todos os recordes mundiais de velocidade para empreendimentos do gênero. Se a usina estiver pronta antes do aterro e do sistema de esgoto estarem em pleno funcionamento, a parte do reservatório do Rio Xingu, vizinha da cidade de Altamira, corre o sério risco de virar um lago podre, algo vedado pela atual legislação ambiental.

Esses são apenas alguns exemplos de um amplo conjunto de obrigações da empresa responsável que se encontram em condição de inadimplência, reconhecida inclusive pelo Ibama, que as monitora, mas não age com a contundência necessária para o caso. Essa situação, evidente a qualquer um que tenha a boa vontade de entender o caso, fez com que o desembargador federal Souza Prudente, julgando uma apelação do Ministério Público Federal (MPF), reconhecesse que a inadimplência da empresa estava a gerar danos irreversíveis para a população:

“Ainda não foram implementadas todas as medidas que deveriam ser adotadas antes mesmo da edição da Licença Prévia, que foi emitida mediante a estipulação de condicionantes, as quais, mesmo não sendo cumpridas, foram transferidas para a Licença de Instalação, a demonstrar que, a seguir essa reprovável prática, certamente, deverão ser transferidas para a fase seguinte (Licença de Operação) sem qualquer perspectiva de que um dia serão efetivamente implementadas”.

Fundamentado nos próprios pareceres técnicos de analistas do Ibama, que afirmam com todas as letras haver “descompasso entre as obras de construção da UHE Belo Monte e a implementação das medidas mitigadoras e compensatórias”, Souza Prudente decidiu que as obras deveriam ser paralisadas até que as medidas socioambientais prometidas fossem realmente implementadas. Para tanto, baseou-se fartamente na legislação brasileira e na própria licença ambiental concedida.

Nem mesmo a empresa havia sido notificada da decisão – apesar de haver recebido um fax e um e-mail do próprio tribunal – e ela foi derrubada pelo presidente do TRF1. Qual o argumento? O de que haveria uma decisão anterior proibindo a paralisação da obra, pois ela é importante para a economia nacional. Mas e o descumprimento da legislação nacional? Isso é secundário.

Belo Monte não é o único caso em que a Suspensão de Segurança pôde garantir a continuidade dos planos governamentais enquanto a legislação brasileira é descumprida. Casos de grande repercussão foram as Suspensões de Segurança que garantiram a realização do leilão da Vale do Rio Doce em 1997 e a recente licitação do Estádio Maracanã. Decisões judiciais que pararam as obras da UHE Jirau, em Rondônia, e da UHE Teles Pires, no Mato Grosso, em razão de irregularidades no licenciamento ambiental – que vão desde a ausência de estudo de impacto sobre os indígenas à alteração do local da barragem sem atualização dos estudos ambientais –, foram suspensas através da Suspensão de Segurança.

O uso repetido e inescrupuloso do Poder Judiciário pelos interesses governamentais por meio

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 202/ 2013

Brasília, 7 de novembro de 2013.

da Suspensão de Segurança leva a crer que a situação irá se repetir em relação às próximas grandes obras planejadas para a Amazônia, como o complexo de usinas do Rio Tapajós.

Por meio da Suspensão de Segurança, ignorar ilegalidades passou a ser uma situação de "normalidade institucional". Com o aval da cúpula do Judiciário, o empreendedor de grandes obras só precisará cumprir as regras estabelecidas se lhe for conveniente.

- Grifos do original / ISA.

Aty Guasu socializa Carta dos 5 mil Guarani e Kaiowá de Yvy Katu para Governo, Justiça e sociedades nacionais e internacionais
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 7.11.2013



Delegado Alcídio de Souza Araújo em Yvy Katu ontem, 6 de novembro

Carta/documento da comunidade Guarani do tekoha Yvy Katu-Japorã, MS

Nós, mais de 5.000 (cinco mil) comunidades Guarani-Kaiowá em manifestação pacífica, somos reocupantes do tekoha Yvy Katu, mais uma vez, vimos por meio deste documento comunicar a todas as autoridades do governo, justiça federal e sociedades que a nossa decisão definitiva é a reocupação total do tekoha Yvy Katu que é nossa terra tradicional, já foi reconhecida e demarcada em 2005.

Hoje, 07/11/2013, desesperados, ameaçados como povo guarani injustiçado, todos nós recomeçamos o nosso protesto por tempo indeterminado aqui no tekoha Yvy Katu e na aldeia Porto Lindo-Japorã-MS.

Estamos em manifestação pacífica nas pontes e nas áreas; a nossa reivindicação é a revogação da ordem de despejo judicial imediata expedida pela justiça de 1ª vara federal de Navirai-MS e homologação imediata da terra indígena Yvy Katu.

A partir de ontem, 06/11/2013, diante da ameaça de morte coletiva anunciada pelo delegado federal Alcide de Souza Araújo, nós 5.000 mil indígenas, decidimos nos manifestar pacificamente aqui no tekoha Yvy Katu, repudiando a decisão de despejo judicial imediata da justiça federal de Navirai-MS.

CONT.



A princípio, ao longo da história de 513 anos, nós povos Guarani e Kaiowá fomos expulsos de nossos territórios tradicionais, nossas terras foram invadidas pelos fazendeiros. Hoje estamos sendo ameaçados, humilhados e massacrados. Não vamos mais assistir parados e ser massacrados e humilhados pelos fazendeiros e pela justiça local; nós somos povos nativos dessa terra, já vivíamos aqui milhares de anos, antes da chegada dos europeus. Desde 1500, milhares guarani foram mortos de forma cruel pelos pistoleiros. Ao longo da história de 513 anos, fomos humilhados e massacrados e expulsos de nossas terras antigas.

Nossa tekoha Yvy Katu foi invadida pelos fazendeiros em 1960, por isso desde 1970, lutamos para recuperar o nosso tekoha Yvy Katu, depois de aguardar 30 anos em dezembro de 2003, pela primeira vez reocupamos o nosso tekoha Yvy Katu. Depois paramos para aguardar a decisão do governo e a justiça federal; já passaram 10 anos, não foi devolvido para nós o pedaço de nossa terra antiga já demarcada. Em 10 anos, estamos cansados de esperar, as nossas paciências acabaram. Sabemos esperar sim, por isso os nossos (as) avôs e avós já morreram e as pessoas idosas estão morrendo sem retornar a reocupar o nosso tekoha Yvy Katu. Diante disso, decididos como povos Guarani e Kaiowá resistentes, mais uma vez recomeçamos a reocupar o tekoha Yvy Katu.

Comunicamos a todas que não vamos mais esperar não! Já esperamos muitos anos enquanto isso idosos (as) e crianças sofrem e estão morrendo.

Comunicamos todas que nós não invadimos. Sim! Reocupamos, sim! Retornamos ao nosso território tradicional; desse território nossos avôs, avós foram assassinados e expulsos pelos fazendeiros, e os fazendeiros invadiram as nossas terras sim. Os invasores de nossas terras Guarani e Kaiowá são os fazendeiros/políticos sim.

No dia 15 de outubro, os fazendeiros contrataram a empresa de segurança particular Gaspem, isto é, os pistoleiros registrados/autorizados pela justiça do Brasil para atacar e assassinar as comunidades indígenas Guarani, Kaiowá, Terena, Kadweu, etc.

Essa empresa Gaspem faz parte do ataque terrorista dos fazendeiros, são criminosos organizados, realizam ações genocidas há mais de 10 anos, atua na dizimação/extinção dos povos indígenas do MS, sobretudo é permitida pela justiça do Brasil.

Os pistoleiros da empresa Gaspem já atacaram, torturaram e já assassinaram o líder Dorvalino Rocha no dia 26 de dezembro de 2005; Gaspem assassinou o cacique Guarani-kaiowá Nísio Gomes no dia 18 de novembro de 2011; escondeu o cadáver do cacique Nísio. Por isso nós, Guarani e Kaiowá, consideramos essa empresa Gaspem como terrorista e temida, criada formalmente somente para fazer ataque terrorista. Essa empresa é contratada pelos fazendeiros, desde dia 15 de outubro de 2013, os pistoleiros da Gaspem estão aqui bem pertinho em nossa frente, eles carregam armamentos pesados, apontando em nossa direção das nossas vidas.

Nós já decidimos que não vamos recuar das mira das armas dos agentes da Gaspem, sabendo que em qualquer momento, os agentes da polícia federal e os pistoleiros podem lançar as balas

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 202/ 2013

Brasília, 7 de novembro de 2013.

em nossas vidas. Não estamos com medo; vamos lutar e morrer pela nossa terra, pois já retornamos em nossa terra antiga, reocupamos a nossa terra, daqui do tekoha Yvy Katu não vamos mais sair e nem recuar; em vez de recuarmos, vamos avançar sim.

Além da polícia federal e os pistoleiros estão aqui bem pertinho com as várias armas apontadas em nossas direções dia e noite (24 horas), mas mesmo assim não vamos recuar não! Já reocupamos e vamos reocupar tudo a nossa terra, essa é a nossa decisão como povo indígena Guarani injustiçado e ameaçado de extinção tanto pelos pistoleiros como pela justiça do Brasil.

É a decisão definitiva de povos Guarani e Kaiowá resistentes que estamos comunicando e já enviamos a todas as autoridades nacionais e internacionais que vamos resistir e morrer todos aqui em nossos tekoha Yvy Katu.

Retornamos ao nosso tekoha Yvy Katu; já estamos aqui em pedaço de nossa terra tradicional Yvy Katu; aguardaremos a decisão da justiça de verdade do governo e justiça do Brasil dentro de nossa terra; não vamos mais esperar fora de nossa terra Yvy Katu.

Atenciosamente,

Tekoha Yvy Katu, 07 de novembro de 2013



MPF/RN se reúne com comunidade quilombola de Lagoa Nova
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 7.11.2013

Visita teve por objetivo conhecer de perto a realidade da população, que atualmente está impossibilitada de dar continuidade ao plantio e à colheita para subsistência das famílias

A procuradora da República Clarisier Azevedo Cavalcante de Moraes visitou na quinta-feira, 31 de outubro, a Comunidade Quilombola Macambira, localizada no Município de Lagoa Nova (distante 156 quilômetros de Natal). A visita teve por objetivo conhecer de perto a realidade da população, que atualmente está impossibilitada de dar continuidade ao plantio e à colheita para subsistência das famílias, vivendo em situação precária. Também participou da reunião o advogado da União Adriano Vilar Villaça, chefe da Procuradoria Federal Especializada do Incra/RN.

A terra, tradicionalmente ocupada por remanescentes da Comunidade Quilombola Macambira, já possui Certidão de Auto-Reconhecimento, expedida pela Fundação Cultural Palmares desde 2005. Entretanto, encontra-se pendente de julgamento pelo Conselho Diretor do Incra, em Brasília, um recurso contra o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), principal peça para reconhecer a área como remanescente de quilombo. O recurso foi apresentado por um dos proprietários, Ivanilson Araújo, e já recebeu parecer técnico contrário da Coordenação Geral de Regularização de Territórios.

A procuradora da República Clarisier Azevedo destaca que é imprescindível que o Conselho Diretor do Incra julgue o recurso com a maior brevidade possível. "Essas famílias estão vivendo em situação de extrema dificuldade. Em reunião recentemente realizada, fomos informados por representantes da comunidade e pela Procuradoria Federal junto ao Incra/RN que as famílias se encontram em situação precária, sem qualquer forma de obter sua subsistência por força, de um lado, da impossibilidade de acesso às terras nas quais cultivavam suas lavouras; e, de outro, pela indefinição do Incra quanto à legitimidade de ocupação das terras, considerando a premente implantação de um parque eólico de grandes dimensões na área objeto da disputa", destaca.

Na reunião com a comunidade, a procuradora informou que tem mantido contato com a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, em Brasília, para atuar de forma conjunta, na tentativa de agilizar o julgamento do recurso.

Além do Procedimento Preparatório nº 1.28.200.000065/2013-95 instaurado para acompanhar o processo de reconhecimento, o MPF/RN também atua, como interveniente, nos autos da ação de reintegração de posse movida pelo Incra. O processo tramita junto à 9ª Vara da Justiça Federal em Caicó.

MPF



Boletim de Notícias - Edição nº 202/ 2013

Brasília, 7 de novembro de 2013.

Presidente da Funai participa de audiência na CRA sobre demarcação de terras
SÍTIO SENADO FEDERAL, 7.11.2013

Da Redação

Maria Augusta Assirati, presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), participa de audiência pública neste momento, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), que trata da demarcação de reservas indígenas.

A comissão discutiu o tema em audiência na última quinta-feira (31) com representantes de entidades ruralistas, mas a presidente da Funai, que também havia sido convidada para aquele debate, não compareceu, o que motivou protestos dos senadores.

Na ocasião, os ruralistas alertaram para o agravamento dos conflitos com indígenas, principalmente em Mato Grosso do Sul e Alagoas, e apontaram demora do governo federal em implementar as soluções anunciadas.

Ao abrir a reunião desta quinta-feira (7), o presidente da CRA, senador Benedito de Lira (PP-AL), anunciou para o próximo dia 21 o debate sobre o mesmo tema com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

Senadores cobram da Funai solução para conflitos entre agricultores e índios

SÍTIO SENADO FEDERAL, 7.11.2013



Geraldo Magela / Agência Senado

Segundo Maria Augusta Assirati, presidente da Funai, indenização de benfeitorias não evita conflitos

Os senadores Waldemir Moka (PMDB-MS), Rubem Figueiró (PSDB-MS) e Blairo Maggi (PR-MT) cobraram da Fundação Nacional do Índio (Funai) urgência nas medidas para solucionar conflitos entre agricultores e indígenas pela posse da terra. Eles debateram o tema com a presidente do órgão, Maria Augusta Assirati, em audiência nesta quinta-feira (7), na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Os parlamentares cobraram o cumprimento de compromissos que teriam sido assumidos pelo governo federal, como o pagamento de indenizações a produtores que tiveram áreas desapropriadas para a formação de reserva indígena.

Waldemir Moka relatou que os produtores esperam receber não apenas pelas benfeitorias existentes nas fazendas, mas também sobre o valor da terra nua, conforme teria sido acordado quando de visita do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, ao Mato Grosso do Sul.

- Há um compromisso firmado de que essas terras, desde que comprovada a titularidade, seriam indenizadas pelo valor da terra nua e das benfeitorias. Mas essa discussão caiu no vazio – disse Moka.

CONT.



Maria Augusta Assirati disse não conhecer a posição final sobre o caso, por não ser a Funai o órgão responsável pelo pagamento de indenizações. No entanto, ela observou que a União já paga por benfeitorias, mas reconheceu que isso não tem sido suficiente para evitar conflitos e se disse favorável à compensação financeira para cobrir danos gerados pela desapropriação.

– Não é razoável pensar em garantir direitos dos indígenas às suas terras de ocupação tradicional e pagar única e exclusivamente o valor de benfeitorias [existentes nas terras desapropriadas], como nos casos do Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, onde as pessoas têm títulos. Pelo que está na Constituição, esses títulos são nulos, mas temos que lidar com a realidade dessa impossibilidade de levar a cabo a demarcação das terras indígenas para essas pessoas que minimamente tem um título na mão – disse a presidente da Funai.

A demarcação de reservas indígenas é um direito constitucional, mas também uma ação que contribui para a proteção ambiental e a regularização fundiária, reduzindo os desmatamentos e a exploração ilegal de madeira, acrescentou.

Em resposta a Blairo Maggi, Maria Augusta Assirati explicou que a delimitação de novas reservas já leva em conta o crescimento demográfico da população indígena e revelou que muitas áreas demarcadas antes de 1988 eram incompatíveis com possibilidade de reprodução das comunidades tradicionais.

Ministro da Justiça

Na condução do debate, o presidente da CRA, senador Benedito de Lyra (PP-AL), anunciou para o próximo dia 21 a realização de audiência pública com o ministro da Justiça e disse esperar que José Eduardo Cardozo esclareça questionamentos dos senadores que ainda ficaram sem resposta.

Ele também se aliou aos colegas nas preocupações com o agravamento dos conflitos no campo e pela urgência de soluções.

– O que desejamos é um processo pacífico entre aqueles que produzem e os povos indígenas – sintetizou.

–

Agência Senado

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)